

PUBLICAÇÃO DE
CARÁTER
INTERNO AO PT,
DISTRIBUÍDA
ÚNICA E
EXCLUSIVAMENTE
AOS SEUS
FILIADOS

EM TEMPO

Nº 275
MAIO/JUNHO
1994
CR\$ 2.000,00

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA DO PT

LUIZ CARLOS MURASKAS/FOLHA IMAGEM



PASSOS DECISIVOS PARA A VITÓRIA

O 9º ENCONTRO NACIONAL DO PT E
O 5º CONGRESSO NACIONAL DA CUT REFORÇAM
A CAMPANHA LULA

PÁGINAS 6 A 8 E 12 A 14

ECOLOGIA: UM NOVO PARADIGMA. PÁGINA 15

FEMINISMO E PÓS-MODERNISMO. PÁGINA 18

MARIO BENEDETTI E OS NOVOS MEDOS. PÁGINA 20

Dívidas sufocam Tesouro

ANTONIO MARTINS

O pagamento de juros externos e internos está afundando cada vez mais gravemente o Estado brasileiro na crise financeira em que se debate há anos. As despesas, que favorecem essencialmente os banqueiros estrangeiros e os maiores grupos econômicos instalados no país, acelera o sucateamento dos serviços públicos de Saúde, Previdência e Educação, e reduz de forma drástica os investimentos do Estado em infra-estrutura. Os dois fatos, de enorme importância para o debate sobre o programa econômico do provável governo Lula, vieram a tona, divulgados por fontes oficiais, na primeira quinzena de maio.

No dia 12, a imprensa revelou com destaque mínimo o balanço das receitas e despesas do Tesouro Nacional em abril. Os números indicam que os danos provocados pelo pagamento das dívidas interna e externa são tão graves que anularam por completo até mesmo um esforço suplementar de arrecadação lançado pela Receita Federal.

O combate da Receita à sonegação de impostos, executado há meses pelo secretário do órgão, Osiris Lopes Filho, assegurou em abril uma arrecadação recorde, equivalente a 5,3 bilhões de dólares. O montante é 15,53% superior ao registrado em março, e supera em 34,92% os valores de abril do ano passado.

Os gastos com pagamento de juros, no entanto, acabaram impedindo que o trabalho da Receita resultasse em qualquer alívio para a crise financeira do Estado. As dívidas interna e externa consumiram 2,7 bilhões de dólares.

Ainda que se desconte desse total a parcela (US\$ 790 milhões) referente ao pagamento de juros ao Banco Central (e portanto a um órgão da própria União), o pagamento líquido de juros chega a US\$ 1,91 bilhão de dólares. A soma é quase 20% superior ao total de gastos (US\$ 1,7 bi) com salários e encargos sociais de todo o funcionalismo. É também cinco vezes superior aos 390 milhões de dólares destinados aos investimentos em Saúde...

A disparada da dívida

Uma semana depois, um relatório do Banco Central revelou que a explosão dos juros não era um fenômeno eventual; e que poderia, se não houvesse disposição para adotar medidas unilaterais contra os credores, comprometer fortemente a ação do próximo governo. Pressionada por taxas que ultrapassaram os 40% nas últimas semanas, a dívida interna da União cresceu 21,7% no curto período dos quatro primeiros meses de 94: pulou de CR\$ 57,3 trilhões para CR\$ 69,8 trilhões de abril. Num único mês (de março para abril) a dívida cresceu cerca de 6%, passando do equivalente a US\$ 50,5 bi para US\$ 53,5 bi.

O Banco Central informou também que as reservas brasileiras em dólares voltaram a crescer, e atingiram em março US\$ 32,3 bilhões. Destacado com otimismo pelos jornais, o crescimento das reservas na verdade um efeito colateral da disparada da dívida interna. É que, atraídos pelas taxas de juros lunáticas pagas pelo Estado, os exportadores procuram fechar rapidamente contratos de venda ao exterior. Depois convertem os dólares recebidos em cruzeiros, e investem fundo na "ciranda". □



Dez razões para votar no Fernando Henrique Cardoso

1. Se você acha que o Brasil vai bem, e não necessita reformas radicais, vote em FHC;
 2. Se você acha que as elites e as oligarquias do Sul e do Norte sabem o que é melhor para o Brasil, vote em FHC;
 3. Se você acha que o Centro que vem governando o Brasil desde 1985 mostrou sua eficiência, vote em FHC;
 4. Se você acha que as receitas do FMI são boas para os Países do 3º mundo, e para o Brasil, vote em FHC;
 5. Se você acha que a teoria da dependência, que FHC desenvolveu nos anos 60 (e que mostrou a necessidade de um desenvolvimento econômico independente para o Brasil) era pura bobagem, vote em FHC;
 6. Se você acha que os políticos do PFL tem ótimas receitas para resolver o problema do desemprego, vote em FHC;
 7. Se você acha que o problema do Brasil não é mudar estruturas econômicas e políticas, mas colocar na presidência um estadista, vote em FHC;
 8. Se você acha que os pobres e os ricos, os trabalhadores e os banqueiros, os camponeses sem terra e os latifundiários têm o mesmo interesse - "modernizar o País" - vote em FHC;
 9. Se você está de acordo que pagar a dívida externa com todos os juros é mais importante que aumentar o orçamento da educação e da saúde, vote em FHC;
 10. Se você acha que se deve continuar a política de Collor e Itamar sem Collor e sem Itamar, vote em FHC;
- (Um ex-aluno de FHC que não conseguiu esquecer a sociologia marxista que aprendeu com o mestre)

NESTA EDIÇÃO

NACIONAL

★ Dívidas sufocam o tesouro (p.2) ★ A hora do acerto de contas (p.3)

★ Notas (p. 4) ★ Revisão e sucessão (p. 5)

9º ENCONTRO NACIONAL

★ Um encontro histórico (p. 6) ★ Resoluções aprovadas (p. 6) ★ Uma hegemonia de esquerda (p. 8)

INTERNACIONAL

★ Notas (p. 9)

CAMPANHA LULA

★ A campanha e as alianças (p. 10)

SOLIDARIEDADE: seção sindical

★ 5º Concut: À altura dos desafios (p. 12) ★ Resoluções aprovadas (p. 12)

★ As regionais da CUT (p. 14) ★ O perfil dos delegados (p. 14)

ECOLOGIA

★ Por um novo paradigma (p. 15)

FEMINISMO

★ A indiferença da diferença (p. 16) ★ Mulher, trabalho e família (p. 17)

★ Feminsimo e pós-modernismo (p.18)

CRÔNICA

★ Construção de direitos e democracia (p. 19) Os novos medos (p. 20)

EM TEMPO

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

Conselho Editorial:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Goulart Árabe, Elizabete Burigo, Helena Bonumá, Hugo manso, Izaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilane Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

Jornalista Responsável:

Célia Regina de Souza Reg MTB nº18663 DRT/SP

Equipe de Edição:

José Corrêa Leite (edição), Caco Bisol (capa) Fabiano Ciambra e Nelson Joia (editoração) e Carlos Henrique Árabe.

Editoração Página Sete Artes Gráficas EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Brigadeiro Galvão, 138. Barra Funda São Paulo CEP 01151-000 Fone: 66 5550

Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 s/04 Bom Fim - CEP 90210 Fone: 227 4642.

A hora do acerto de contas

ANTONIO MARTINS

Lula visitou os Estados Unidos no início de maio. No dia 9, a agenda incluiu um encontro em Nova York com os credores da dívida externa. Exposto por Lula, o programa de governo aprovado no 9º Encontro do PT alarmou os banqueiros, ainda que correntes de esquerda expressivas, no Brasil, o considerem moderado. A simples idéia de rever o acordo firmado às pressas com os credores pelo ex-ministro Fernando Henrique Cardoso foi vista como um início de confronto.

O que mais chamou a atenção foi no entanto a presença, ao lado dos credores, de um personagem conhecido. Entre os críticos mais severos de uma atitude soberana do Brasil perante a dívida estava Francisco Gros, ex-presidente do Banco Central. Convertido há meses em alto executivo de um banco norte-americano, ele atuou durante o encontro como um defensor intransigente dos interesses dos credores. A surpresa e a indignação de Lula cresceram ainda mais quando souberam que Gros conserva sua condição de militante do PSDB e é ainda hoje um dos principais conselheiros de Fernando Henrique Cardoso para assuntos de dívida externa...

Confronto direto

O choque entre Lula e Gros, a cena em que se viram como representantes de forças obrigadas a um confronto direto, é um dos símbolos da disputa pela Presidência. Oficializadas as candidaturas, e faltando ainda quatro meses para o primeiro turno, já surgem sinais de que ela marca o início de uma batalha tão áspera quanto decisiva, em que se definirá o futuro da sociedade brasileira. Para prevalecer, cada um dos dois grandes blocos que se formaram terá de impor ao adversário uma derrota decisiva.

Até o final de maio, a sólida liderança de Lula continuava sendo o fenômeno mais destacado das eleições. No dia 27, uma pesquisa do Datafolha revelou que o candidato da Frente Brasil Popular mantinha-se no patamar de 40% das intenções de voto. Tinha mais do dobro dos apoios do segundo colocado (Fernando Henrique Cardoso, com 17%), e venceria no primeiro turno, se a disputa se encerrasse naquela data.

Trata-se de um fato extraordinário, que revela a crise de mecanismos através dos quais as classes dominantes brasileiras se acostumaram a firmar sua hegemonia entre o povo. Contra a ascensão de Lula haviam se lançado o conjunto dos partidos conservadores, os jornais e a TV. Não havia sido suficiente.

Nítida marca conservadora

Desde o final do ano passado, Fernando Henrique Cardoso firmou-se como a principal esperança das elites contra Lula. Em 18 de maio, uma convenção nacional do PFL consolidou finalmente uma aliança desse partido com o PSDB, e com o PTB.

FHC tinha, para os poderosos, a vantagem de somar seu atual alinhamento às teses neoliberais a um passado político de centro-esquerda. As circunstâncias que cercaram a definição de sua candidatura acabaram, no entanto, dando a ela uma marca conservadora muito nítida, da qual o candidato terá dificuldades para livrar-se na campanha.

O período que antecedeu a definição do PFL foi decisivo para firmar este perfil antipopular. No início de maio, o principal líder do PFL, Antônio Carlos Magalhães, passou a declarar que a campanha de FHC era conduzida por "amadores". Exigiu no dia 5 que o candidato passasse a consultar "quem entende de política e de ganhar eleições".

A pressão alcançou resultados imediatos, principalmente porque as pesquisas de intenção de voto indicavam uma rápida queda de popularidade de FHC. Com cerca de 16% de apoios, ele sequer polarizava com Lula, e já era acossado pelo ex-presidente José Sarney, com 15%. O golpe decisivo do PFL veio em seguida, quando o partido reabriu a possibilidade de apoiar o senador José Sarney.

O recuo dos tucanos foi imediato. Em 9 de maio, o filho de ACM, foi convidado formalmente a integrar o comando da campanha de FHC. E no dia 17 foi feita uma concessão ainda mais profunda e grave. O José Serra (PSDB-SP) redigiu, por orientação expressa de Fernando Henrique um programa de governo que sacramentou a adesão do candidato às principais bandeiras do neoliberalismo (ver pg. 5).

Desunião das elites

Ainda que a candidatura de Fernando Henrique tenha assumido feição clara de "anti-Lula" ela não foi capaz, até o momento, de unir o conjunto das forças conservadoras - e aí está outro sintoma evidente da crise de hegemonia das classes dominantes. Em 15 de maio, Orestes Quércia, venceu as prévias em que o PMDB escolheu seu candidato. Quércia via na posição abertamente direitista assumida por FHC um espaço para crescer.

Ele fazia questão de atacar simultaneamente Lula e o candidato do PSDB-PFL-PTB. O sentido dessa posição é claro. Quércia precisa desbancar Fernando Henrique, e faz questão de deixar claro que explorará as vulnerabilidades principais do adversário, em especial condição de representante das forças mais conservadoras e os aspectos antipopulares do programa ao qual está associado FHC.

Riscos e possibilidades

Ainda que as sondagens continuassem revelando a firme dianteira de Lula, não havia razão para ufanismo no início de junho. Os fatos indicavam, ao contrário, que até mesmo uma vitória no primeiro turno era possível, mas que ela só seria alcançada com um envolvimento muito mais amplo da militância de esquerda na disputa.

Fernando Henrique conta com um trunfo que ainda não foi explorado: o programa econômico lançado em sua gestão à frente do Ministério da Fazenda e que levará à introdução do real em 1º de julho. O plano provocará, evidentemente, queda momentânea nos índices de preços nos primeiros meses após seu lançamento. Os reflexos desse fenômeno junto a parte da população não devem ser desprezados.

A vantagem da esquerda permite enfrentar o possível crescimento do adversário com serenidade. Será o momento de politizar a campanha, de denunciar o caráter provisório e eleitoreiro do próprio combate à inflação e de chamar atenção para o programa de reformas sociais profundas que sustenta Lula.

Não deixam de ser muito animadora, nesse sentido, a disposição pessoal do candidato para levar a campanha às ruas e de desafiar inclusive a lei eleitoral iníqua onda de ataques hipócritas da imprensa contra sua insistência em falar aos trabalhadores. Os juízes, disse Lula no centro de São Paulo dia 26, "sabem muito bem quem não cumpre leis, e a interpretação delas é sempre usada para obrigar os pobres a respeitá-la, enquanto os ricos não pagam impostos e não são presos, e o Estado não cumpre a Constituição, que garante igualdade a todo cidadão e salário mínimo a todo trabalhador".

Conhecido por sua sensibilidade política extrema, Lula pode ter concluído que só a mobilização ampla do povo, só a perspectiva de transformar as eleições na num autêntico ensaio para as disputas que virão em caso de vitória, poderá fazer frente à radicalização que os próprios poderosos promovem. □

Os primeiros lances já revelam: as eleições-94 são uma batalha em que um dos lados - ou as elites, ou o povo - sofrerá uma derrota histórica.



— INCOERÊNCIA
NENHUMA!
DE COLLOR
A HENRIQUE,
NÓS SEMPRE
APOIAMOS OS
FERNANDOS.

MARINHO

CPI da Previdência

A CPI da Previdência encerrou, em 17/5, seus trabalhos. O parecer final da relatora, deputada Cidinha Campos, atingiu o chamado "esquema Arrieta", montado para fraudar o INSS. Além disso, incriminou os ex-ministros João Santana e Antônio Magri (governo Collor) e Jäder Barbalho (governo Sarney), o ex-diretor da PF, Romeu Tuma, o ex-presidente do BB, Lafaiete Torres e o ex-presidente do INSS, José Arnaldo Rossi. Uma votação no plenário da CPI livrou Tuma.

Cidinha, no entanto, não incluiu o ex-governador de S. Paulo, Orestes Quércia. O jornal *O Estado de S. Paulo*, que havia previsto o indiciamento, garantiu que a deputada dispunha de fita gravada em que o delegado da PF, Mário Roberto dos Anjos, afirmava textualmente o envolvimento de Quércia.

Segundo tal informação Quércia seria na verdade o proprietário da Vasp, privatizada em seu governo. Teria adquirido a empresa com dinheiro obtido através do "esquema Arrieta". O empresário Wagner Canhedo, controlador oficial da companhia, não seria mais que um "testa de ferro".

Paralisações

Uma onda de greves se espalhou pelo estado de São Paulo na segunda semana de maio. Entre outros, paralisaram o trabalho os condutores de ônibus e metroviários da capital; os condutores de Campinas; professores da rede oficial e os das universidades públicas; profissionais de saúde, médicos e urbanitários de todo o Estado.

Os números do Dieese revelaram que se trata, essencialmente, de um fenômeno de caráter sazonal. Março, abril, e maio são meses em que se concentram as datas-bases de inúmeras categorias. O número de grevistas desse ano foi semelhante ao de 1993.

Todos os grandes jornais enxergaram, no entanto, a "ação eleitoreira" do PT por detrás do movimento. Os argumentos foram contraditórios. O *Jornal do Brasil* disse em manchete, dia 11, que os partidários de Lula insuflavam as greves para derrubar o "Plano FHC-2". Um dia depois, a *Folha* dizia que os petistas agiam, sempre de olho na Presidência, para *inibí-las*, e não se indispor com a população, que segundo o jornal seria contrária às paralisações.

Algumas categorias - especialmente condutores e metroviários - conseguiram em poucas horas obter acordos salariais favoráveis, e encerraram os movimentos. Outras como os professores, onde a greve foi decretada com nível reduzido de adesão, foram obrigadas a recuar dias depois.

O real vem aí

O Palácio do Planalto conseguiu finalmente, em 19/5, aprovar a Medida Provisória 482, que institui a URV. Dois aspectos essenciais se destacaram. Primeiro, o arrocho inédito de salários que a MP deverá provocar. Incluído às vésperas da votação em plenário, um dos parágrafos do artigo 19 determina que, após a adoção do real, a reposição das perdas inflacionárias ocorrerá apenas uma vez por ano.

Foi uma clara sinalização, aos empresários, de que os salários serão fortemente comprimidos após as eleições, quando estiver esgotado o período de queda provisória da inflação que se segue a todos os planos econômicos.

Para deixar claro o sentido do dispositivo, o assessor especial do ministério da Fazenda, Edmar Bacha, fez questão de alardear à imprensa, horas após a votação, que a MP limita até mesmo os acordos de reposição que as categorias mais mobilizadas conseguirem alcançar. A partir de agora "qualquer acordo prevendo reajustes cada três, quatro ou seis meses, é ilegal", disse o "assessor especial".

O segundo aspecto revelador foi o comportamento do PMDB. Ao contrário do que havia sugerido Orestes Quércia dias antes, o partido votou em peso a favor da MP. Seja porque faz questão de deixar claros seus compromissos com o grande empresariado; seja porque seu partido não prescinde dos cargos que detém no Executivo, ficou claro que o "oposicionismo" de Quércia é, por enquanto, peça de retórica.

★ O deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) foi em maio o único dos envolvidos na manipulação do Orçamento da União a receber algum tipo de punição. Em 18/5, Ibsen perdeu o mandato, cassado pelo plenário da Câmara. Na semana anterior, este mesmo plenário havia inocentado dois outros parlamentares - Ricardo Fiúza (PFL-PE) e João de Deus (PPR-RS), contra os quais havia igualmente denúncias fartamente documentadas. O mal-estar provocado entre a população pelas absolvições foi provavelmente a causa da condenação de Ibsen.

★ As fusões entre empresas sediadas no país estão se ampliando rapidamente, movidas em boa medida pelas multinacionais. Foi o que revelou uma pesquisa em 11/5 pela firma de consultoria Price Waterhouse.

No primeiro semestre de 94, o número de fusões e aquisições entre empresas cresceu 30%, comparado ao mesmo período de 93. Cem operações foram fechadas no período, com movimento total de US\$ 2 bi.

As empresas estrangeiras executaram 50% das aquisições.

★ O governo do Espírito Santo, dirigido pelo PDT, anunciou em 19/5 sua decisão de antecipar-se ao Executivo federal e leiloar para grupos privados, no próximo dia 24, a participação (21,8%) que detém no capital da Escelsa, a distribuidora de energia naquele Estado. Coube ao presidente do Banco do Estado do Espírito Santo, Luiz Fernando Victor, comunicar a operação. Indagado sobre a contradição entre a venda das ações e o discurso antiprivatista do PDT, Luiz Fernando afirmou que "não há contradição: o PDT está evoluindo".

Greves ilegais

O plenário do Supremo Tribunal Federal julgou, em 19/5, no direito de "decidir", através de acórdão, que todas as greves de servidores públicos são a partir daquela data "ilegais" - exatamente como ocorria no período do regime militar.

Os juízes alegaram, numa interpretação inédita, que o direito de greve, claramente firmado na Constituição, "não é autoaplicável". Argumentaram que, em consequência, todas as greves de servidores públicos - federais, estaduais ou municipais - são ilegais enquanto o Congresso não aprovar lei complementar fixando limites para o direito constitucional...

O ministro do Gabinete Civil, Henrique Hargreaves, saudou a decisão com entusiasmo. Disse que "o presidente Itamar Franco tem se mostrado tolerante e condescendente com os movimentos grevistas", e que a decisão do Supremo deveria ser considerada "um grito de alerta".

A decisão do Supremo foi o desdobramento final de uma série de ataques lançados contra o direito de greve, por órgãos do Estado e pela imprensa, a partir de 10/5, quando uma paralisação dos agentes da PF esteve à beira de completar dois meses.

As provocações haviam começado em 11/5, quando o presidente Itamar Franco ordenou intervenção do Exército contra a greve, executada com ampla ostentação de forças. Em Brasília, tanques de guerra e soldados armados de fuzis e metralhadoras, e com rostos pintados de preto, ocuparam a Esplanada dos Ministérios.



Revisão e sucessão

ISAAC AKCELRUD

Os caminhos da revisão constitucional e da campanha eleitoral se cruzaram e se misturaram. Interpenetraram-se nos objetivos políticos, simultaneamente iluminando e obscurecendo o panorama.

Já é possível, porém, desembaraçar uma parte do quadro, pois a pressão revisionista não é de agora - vem de longa data e deverá continuar por muito tempo depois das eleições. Na realidade, os parlamentos burgueses vivem em estado de revisão permanente. Estão ocupados em tentativas de castrar a legislação de todas as conquistas populares e operárias.

Em tese, os capitalistas nacionais e estrangeiros querem e precisavam de uma revisão para domesticar a eleição e controlar o governo que sair das urnas. Diante do crescimento da candidatura Lula, isto denuncia uma manobra preventiva para organizar a sabotagem legal a um governo democrático popular, sob a máscara da revisão.

Revisão ou constituinte?

A primeira questão a ser deslindada se refere a legitimidade e oportunidade da revisão. Ora, a própria Constituição prevê a revisão e a resposta. Exato. Essas leis são redigidas com muita habilidade e cuidado, deixando sempre a porta aberta para ajustes, correções e aperfeiçoamentos. Mas também dissimula contradições que nenhum texto legal vigente pode resolver. Por exemplo:

1 - A extinção do direito de propriedades sobre glebas ociosas das imensidões dos latifúndios improdutivos, enquanto milhões de famílias brasileiras clamam por um pedaço de terra. A UDR acaba de responder com seu plano impune de preparar a força armada contra ocupações.

2 - Seria admissível abrir o monopólio estatal do petróleo e permitir a invasão de nossas jazidas pelos trustes americanos e europeus? A resposta nacional é uma só: o petróleo é nosso - a fórmula popular do monopólio estatal.

Tanto a resposta do latifúndio como a afirmação popular são irreduzíveis. São posições de classe, reivindicando o consenso nacional, pleiteando a validação constitucional. A revisão não pode, nesta conjuntura eleitoral, se arvorar a tais funções. Num momento em que a sociedade discute e vai se decidir por um projeto político global, alterar o texto a pretexto de revisão é golpe.

Urgências do grande capital

A campanha Lula não só está na dianteira, não só arranca com enorme vantagem, como está arraigada e articulada nacionalmente. O grande capital está sendo empurrado a uma desconfortável auto-análise e se vê forçado a considerar muito seriamente a efetiva possibilidade de uma derrota. Isto implica em reajustar planos, reorganizar forças, reencontrar chão para pisar firme. Agora eles se preparam para agredir o tão amargo governo democrático-popular.

Nos projetos do grande capital para embaraçar o governo Lula está prevista uma revisão constitucional, indispensável para acossar o atrevido metalúrgico. Não temos nenhum compromisso de princípio com a atual carta constitucional, que consagra a ordem capitalista na sociedade brasileira. Mas na conjuntura em adentramos, toda vigilância será pouca na discussão do mínimo detalhe, do mais modesto retoque na Constituição.

Viciar a Constituição com emendas capciosas e malignas será um dos intentos mais perversos dos doutores a serviço do cifrão. Isto lhes permitirá, depois, se fantasiarem de defensores da Carta Magna, da Lei das Leis. É certo que, ao mesmo tempo, vão esconder estoques, provocando carestias artificiais e aumento de preços. Assessoria qualificada para tanto não lhes faltará nos conhecidos endereços de Nova Iorque.

Entre as urgências do grande capital estarão incluídas as exigências milagreiras e as pressões imediatistas. Esta eleição será diferente num ponto essencial: a discussão, a

polêmica, a denúncia não só continuarão depois do pleito, como aumentarão e se intensificarão.

O palácio e a rua

Inserir a questão da reforma constitucional na campanha eleitoral aumenta a importância do debate político e abala o predomínio eleitoreiro do "técnicos" em captar votos. Obriga considerar a significação maior da candidatura Lula, seu impacto institucional, sua influência e peso nas transformações políticas em maturação no país, a projeção continental e a repercussão internacional de uma vitória democrático-popular no Brasil. Cada um pode verificar que trabalha por grandes e importantes coisas ao lutar pela vitória de Lula.

As cabeças, agora, são outras. Anunciam mudanças. Alterações, inclusive na conduta do eleitor que crescentemente não será mais um assistente passivo, mas já está sendo chamado a ser um participante ativo.

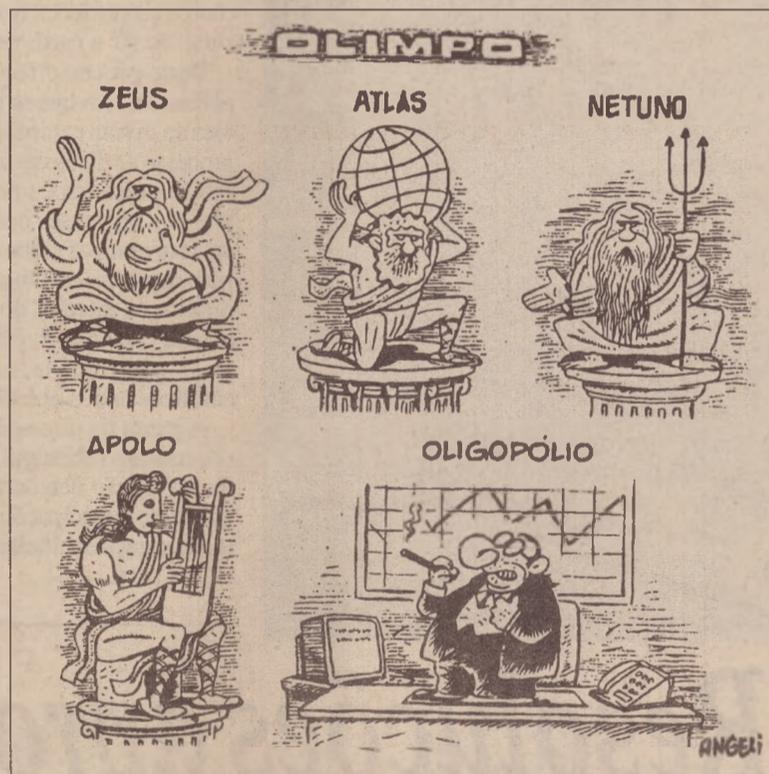
Interessa ao eleitorado de Lula, particularmente aos trabalhadores da fábrica e da terra, um avanço de sua classe na composição do Congresso, deputados e senadores.

Quanto maior a bancada de um governo Lula, melhor para ampliar e aperfeiçoar a legislação do trabalho, por exemplo. É evidente que precisará de forte apoio parlamentar, além da crescente mobilização extraparlamentar, para regular a questão da terra para quem a trabalha. O latifúndio não pode passar incólume por um governo Lula.

Acima de tudo, é preciso considerar a concepção de que um regime democrático-popular não é um benfeitor, um doador.

As vantagens a serem alcançadas pelo povo não lhe chegarão a título de dívidas ou presentes dos governantes. Mas como conquistas da luta organizada e da consciência política. Quando o governo representa o povo e está a seu serviço, a autoridade e a força da lei não vêm dos palácios, mas do meio da rua. Assim será. □

Num momento em que a sociedade discute e vai se decidir por um projeto global, alterar a Constituição a pretexto de revisão é golpe.



O programa neoliberal do PSDB

A imprensa publicou, em 13/5, uma versão preliminar do programa de governo de Fernando Henrique Cardoso. O texto, redigido pelo deputado tucano José Serra para consolidar a aliança com o PFL, consagra um amplo elenco de teses neoliberais. É uma clara demonstração da mudança de qualidade que o PSDB sofreu nos últimos anos.

O documento propõe o fim do monopólio estatal das telecomunicações e a "flexibilização" do monopólio de petróleo. Inclui ainda uma ampla desregulamentação "tem-

porária" dos contratos de trabalho. As empresas seriam autorizadas a não pagar encargos trabalhistas para os empregados com menos de 21 anos nem para as novas contratações de pessoas de qualquer idade.

Ao contrário do que ocorreu quando o PT lançou a primeira versão do programa de Lula, nenhum jornal atacou o documento. A imprensa fez vistas grossas, como se não bastasse, ao fato do texto ter simplesmente "sumido" um dia depois, quando nem o próprio Serra dizia ter uma cópia em seu poder...



Um encontro histórico

CARLOS HENRIQUE ÁRABE E JOSÉ CORRÊA LEITE

Este foi um encontro marcado pela unidade partidária em um momento decisivo da disputa presidencial e dos rumos do país. Com uma pauta que incluía os pontos de programa, alianças, conjuntura e caráter dos mandatos, suas principais resoluções tiveram o apoio de mais de 80% dos delegados. Afinal, a liderança de Lula na disputa presidencial colocou ao partido a responsabilidade de concluir os debates com o máximo de legitimidade interna e preocupado com a conquista de hegemonia na sociedade.

Um panorama do Encontro

As principais questões estavam concentradas no projeto de *programa de governo*. Este projeto chegou ao encontro depois de passar por um grande processo de debate, sendo objeto de centenas de propostas de emendas, em boa medida incorporadas pela comissão de programa do Diretório Nacional. Mais importante ainda é que o projeto de

programa foi construído com base nas diretrizes estabelecidas pelo Diretório Nacional e que concretizavam as resoluções do 8º Encontro. Estava, portanto, "lastreado" em um processo democrático de elaboração e nas posições que definiram o novo curso do PT a partir deste encontro.

Deste processo resultou uma pauta de polêmicas, em que se destacaram as questões da dívida externa e do aborto. Sobre o processo de discussão interna pesou a pressão da *mídia*. Esta, sem surpresa, foi portavoz dos interesses burgueses, passando a desferir ataques globais ao programa do PT. Mas também escolheu temas para expor diferenças internas do partido e para confrontar posições do PT com setores próximos - por exemplo, na relação de setores católicos com a questão do aborto.

A pauta de discussão do programa, no seu conjunto abrangia ainda temas como o da revolução democrática e o caráter do governo, participação popular, forças armadas, questão nuclear e temas econômi-

cos - como a renda mínima, a possibilidade ou não de concessões à iniciativa privada, a política salarial.

Compondo ainda a pauta do Encontro havia a discussão sobre *conjuntura e estratégia da campanha* (um longo documento com um balanço da tática do partido, destacando o acerto na questão da revisão, e com uma avaliação do cenário político e das etapas da campanha), *política de alianças* (com destaque para o caso do Ceará) e a atualização da *carta eleitoral* do PT (que incluía a concepção de mandato eletivo).

Emendas ao programa

Dentre as emendas ao programa aprovadas destacam-se, pela sua importância, as relativas à visão de revolução democrática, dívida externa e aborto (ver box abaixo).

Um conjunto de emendas sobre o *caráter do governo* Lula, participação popular e democratização da vida econômica implicou em uma formulação de revolução democrática que supera um viés institucionalista que perpassava o projeto original e constituiu-se, com mais clareza, em princípio estruturador do programa de governo. A visão de um governo democrático popular articulado à luta pelo socialismo foi reforçada.

A emenda aprovada em relação à *dívida externa* desenvolveu o que estava no Projeto de Programa e tornou mais explícito a incompatibilidade do nosso programa com o pagamento da dívida (na forma definida pelos atuais acordos, que serão contestados), implicando em uma dinâmica que aponta para a sua suspensão.

Em relação ao *aborto*, há que considerar, pela complexidade da questão, três aspectos: a pressão pela retirada integral do assunto, a forma como foi discutida em plenário e a comparação com o que estava no Projeto de Programa. Vencida a pressão pela sua retirada, o emenda levada ao plenário foi apresentada e vista como uma vitória frente ao obscurantismo. Comparado ao que estava no Projeto há um recuo: da colocação (que constava do projeto original) de regulamentar o atendimento geral (que dava margem a questionar, num momento seguinte, a legislação) passou-se à restrição de regulamentar os casos legais, mas acompanhada da recomendação de iniciativas para garantir a cidadania das mulheres. No contexto em que se deu a disputa, o resultado é uma vitória parcial, que exige, como anunciado na defesa do emenda, a continuidade da luta



TABELADO AMARAL

Resoluções aprovadas

1. O caráter do governo Lula

"A Vitória do PT em 94: mudar radicalmente o Brasil"

A conquista do governo pelo PT e seus aliados, nas eleições gerais de 94, e as reformas democráticas e populares alterarão as relações de poder no Brasil. Nessa perspectiva, integram nossa luta pelo socialismo.

O programa democrático e popular consubstancia um projeto nacional elaborado como resposta dos trabalhadores e do povo à crise do país, num contexto em que as classes dominantes têm revelado seu absoluto descompromisso e seu reiterado desprezo para com os interesses da nação.

Esse projeto anti-latifundiário, anti-monopolista, anti-imperialista e democrático-radical, materializa um compromisso de nosso governo em responder de modo conseqüente às demandas nacionais e às exigências populares.

Já na campanha, denunciaremos a exclusão criada pelo capitalismo nacional e internacional e agravada pelas políticas neoliberais, constituindo

um movimento pelas reformas estruturais, criando as bases sociais e políticas de aplicação de nosso programa. O programa democrático e popular articula-se com objetivos estratégicos socialistas do Partido dos Trabalhadores.

Buscará alterar as bases sociais das relações de poder, através do combate a exclusão, a democratização da propriedade, da riqueza e do poder; o combate aos monopólios; reforma agrária; o controle social do setor estatal da economia; a constituição de um setor público não-estatal do sistema produtivo e de serviços; o estímulo às formas cooperativas de produção e serviços.

Representará, assim, uma verdadeira revolução democrática no País, no sentido de aprofundar a democracia política, as liberdades individuais e coletivas, democratizar a posse da terra e das riquezas, ampliar a participação popular, combater a exclusão social, a segregação e as discriminações e universalizar a cidadania...

Lutamos pelo fim da exploração e da injustiça.

Lutamos para que homens e mulheres de todas as etnias e origens sociais desenvolvam plena-

mente suas potencialidades. Lutamos contra a fragmentação e a desigualdade, contra a competição desenfreada na sociedade.

O governo Lula faz parte desta luta, não apenas pelas reformas que realizará, mas principalmente porque imprimirá uma nova dinâmica à sociedade brasileira, em que os setores populares poderão lançar-se rumo a objetivos cada vez mais amplos.

2. O governo Lula e a dívida externa

Há que se destacar o agravamento recente da conjuntura financeira internacional, em especial no que diz respeito à América Latina, com suas consequências em termos de fuga de capitais no México, Venezuela e Argentina, entre outros países. No caso brasileiro, a política irresponsável de juros elevados — que agrava a situação das finanças públicas e impõe um serviço para a dívida interna federal que poderá alcançar níveis recordes em 1994 — está sendo incapaz de evitar a fuga de capitais especulativos, que em tempos recentes incharam artificialmente nossas reservas cambiais. Soma-se a isso a ameaça de um programa de dolarização da economia que produzirá uma redução do superávit comercial e déficits crescentes no balanço de pagamentos, poden-

dentro e fora do partido pela descriminalização do aborto.

Universalizar a cidadania

O programa aprovado é coerente com a orientação do 8º EN, que coloca como objetivo da revolução democrática "quebrar ou limitar drasticamente o poder dos grupos dominantes... uma ruptura com as estruturas de poder vigentes". Neste sentido, o programa destaca *três eixos centrais*: a universalização da cidadania; a participação popular; e um novo modelo de desenvolvimento econômico, baseado na redistribuição de renda e na constituição de um mercado interno de massa.

O propósito de universalização da cidadania está extensamente desenvolvido nos capítulos II e IV do programa, que define as medidas necessárias para garantir as condições reais para que a maioria da população possa exercer a cidadania e para superar a exclusão inclusive no plano do mercado.

Não se trata de um processo que possa ser reduzido apenas a seus elementos socio-econômicos; as dificuldades não estão apenas nos interesses diretos da burguesia. Estruturas de dominação profundamente enraizadas em todo o tecido social, como aquelas que atingem as mulheres, que constituem a maioria da população, terão que ser quebradas. A discussão no processo do 9º EN mostrou, por exemplo, a enorme resistência que a hierarquia da Igreja oferece ao reconhecimento de uma igualdade de direitos para as mulheres e os homossexuais.

Mas a ruptura destas estruturas de opressão, que estão bem diagnosticadas no programa, pode liberar enormes energias. A culminância lógica deste movimento é a maioria da população garantir que o poder seja efetivamente exercido para assegurar seus próprios interesses.

Participação popular

É por isso que o estímulo às diferentes formas de *participação popular e controle social* constitui um segundo eixo do programa. Como afirma o extenso item sobre a participação popular incorporado no capítulo II da resolução *Uma revolução democrática no Brasil*, "a participação popular é um princípio que atravessa toda nossa concepção de organização da sociedade e do Estado. Para o processo de radicalização da democracia a participação popular é tão importante quanto os mecanismos de democracia representativa. Com ela queremos dar vazão ao surgimento de novas formas de exercício da política que permitam a expressão dos interesses daqueles setores da sociedade que historicamente foram alijados do poder político pelas elites. A participação popular será o instrumento privilegiado pelo governo democrático e popular

para socializar o poder e a política, pois uma nova sociedade só poderá ser construída se a política se transformar na preocupação de dezenas de milhões de brasileiros e se o poder não ficar confinado nas estruturas burocráticas de um Estado montado para garantir a dominação de uma minoria.

"A participação popular será fundamentalmente resultado da auto-organização da sociedade. Tem, portanto, a marca da autonomia. No mesmo sentido, nosso propósito de radicalizar a democracia significa antes de mais nada reduzir a separação entre governantes e governados. As pessoas devem poder participar de todos os mecanismos ou instituições que afetam sua própria vida...

"A participação popular expressa também uma forma superior de organização das relações sociais e da vida econômica. A democratização radical da sociedade que perseguimos não se detém na socialização da política, nem na ampliação e aprofundamento de direitos políticos e sociais para as grandes maiorias excluídas do país. Para o governo democrático e popular, o poder econômico é um poder público que, enquanto tal, deve ser controlado publicamente pela sociedade. Isto significa democratizar o poder econômico através da criação de novos direitos e garantias para a sociedade - especialmente trabalhadores assalariados, produtores diretos e consumidores - defender seus interesses diante do grande capital e da grande propriedade fundiária. Significa atribuir função social à propriedade que os grandes monopólios privados e o Estado detêm sobre setores estratégicos da vida econômica, garantindo a participação efetiva da sociedade na gestão e controle da economia."

Mercado interno de massa

Finalmente, o programa de governo destaca, como um terceiro eixo, a necessidade de recolocar a economia na trilha do crescimento através de um modelo de desenvolvimento baseado no mercado interno de massas. Seu fundamento é, em primeiro lugar, "um circuito virtuoso de crescimento entre produtividade, salários, consumo e investimento. Sua preser-



do desembocar em um processo recessivo e em crise cambial.

Nesse contexto, o governo brasileiro, em fim de mandato e politicamente fragilizado, assinou com os credores privados internacionais um acordo desfavorável ao país, que procura constrianger o futuro governo e aumenta a pressão sobre o balanço de pagamentos e o orçamento público. Em consequência desse acordo, de acordos anteriores e da dívida nova contraída nos últimos anos, o pagamento bruto de juros e principal elevar-se-á ao patamar de 17 a 20 bilhões de dólares por ano, o que tende a comprometer a solidez das contas cambiais e constitui grave ônus para o conjunto do setor público, criando obstáculos à estabilização monetária e à retomada do desenvolvimento econômico em novas bases, com a formação de um mercado interno de massas.

É impossível alcançar um processo de estabilização econômica sem que se equacione essa problemática. Além disso, qualquer tentativa de manter a postura de sempre atender aos credores, terá, agora como no passado, altíssimo custo social e comprometerá a realização de reformas estruturais. Os acordos firmados com os credores, inclusive o recém-concluído, são nocivos aos interesses do país. O governo tomará as iniciativas necessárias para levar a sociedade brasileira e

aos fóruns internacionais apropriados a contestação dos acordos firmados com os credores e retomar negociações em termos compatíveis com os pressupostos do nosso programa de desenvolvimento econômico e social.

A imensa drenagem de recursos para o exterior é incompatível com o programa democrático-popular, que aponta para a recuperação da capacidade de investimento do setor público em áreas estratégicas, a ampliação do gastos sociais e a implantação de um expressivo conjunto de reformas estruturais.

Se mantida a intransigência dos credores internacionais, diante da necessidade de preservar o nível de reservas internacionais e a capacidade de investimento do Estado, o governo suspenderá o pagamento da dívida para concretizar o nosso programa de reformas democráticas e populares, além de garantir condições para a realização de uma auditoria eficaz.

3. A posição sobre o aborto

No Brasil, a mortalidade materna atinge índices alarmantes, 156 mortes por 100 mil nascidos vivos, constituindo-se o aborto uma importante causa de óbitos. Estima-se que mais de 2 milhões de abortos são realizados anualmente no país. Como resultado desta lamentável situação, verifica-se um grande número de óbitos e seqüelas físicas e psicológicas...

O recurso ao aborto não é método anticonceptivo. Daí a importância de garantir o acesso das mulheres a todos os métodos anticonceptivos não prejudiciais à saúde, com orientação médica, e que seja incentivado o desenvolvimento de pesquisa em relação a métodos para os homens. Isso deverá ser desenvolvido dentro do programa de atenção à saúde da mulher, acompanhado de um amplo processo educativo, envolvendo a rede pública de saúde, os meios de comunicação e a rede escolar, garantindo ampla participação da sociedade civil.

Hoje, por falta de informação e acesso aos métodos anticonceptivos, restam à maioria das mulheres duas alternativas: a pílula vendida sem prescrição médica e sem a devida assistência, o que traz seqüelas às usuárias; e a esterilização, em grande parte realizada durante a cesariana e, muitas vezes sem a permissão da mulher. O alto número de cesáreas - 33% dos partos - acarreta riscos de saúde às mulheres e aos nascituros.

Esta situação que penaliza as mulheres, principalmente as mais pobres, deverá ser tratada como problema de saúde pública. Nos casos de aborto previstos em lei é imperativo que se normatize o atendimento por toda rede pública de saúde.

O governo democrático popular deverá tomar as iniciativas necessárias, para garantir a cidadania das mulheres. □



vação ao longo do tempo depende, portanto, de que seja capaz de gerar progressiva desconcentração da renda nacional. Em segundo lugar, ele ocorrerá sob vigilância e pressão das forças democráticas e progressistas do país, que exigirão crescente direcionamento do excedente econômico para o ataque à pobreza.

“O desenvolvimento de um mercado interno de massas requer:

“- um novo perfil distributivo da renda nacional, através da ampliação do poder aquisitivo dos salários, sobretudo dos de baixa remuneração, e também do aumento do nível de oferta e de eficácia dos serviços públicos aos segmentos mais pobres da população;

“- um Estado organizado, “desprivatizado” e aberto a participação popular, que tenha instrumentos efetivos tanto para a indução estratégica dos objetivos da política de desenvolvimento, como também gerir o curto prazo de modo a evitar ou minimizar os efeitos de eventuais desequilíbrios no campo macroeconômico ou mesmo na esfera microeconômica;

“- uma nova estrutura de sistema financeiro que tenha condições efetivas de ampliar a oferta de financiamento de longo prazo e coibir as manobras especulativas com moedas que possam ter impactos inflacionários;

“- um novo tipo de inserção internacional (financeira e comercial) da economia brasileira...”

“Dentre as alternativas historicamente possíveis, estaremos pondo em marcha a mais atraente para o futuro do país e de sua classe trabalhadora”.

Como resultado de conjunto, o programa de governo que saiu do 9º Encontro ganhou um perfil mais à esquerda, coerente com a proposta de emprendermos uma revolução democrática no Brasil.

Alianças

A discussão sobre alianças manteve a base estabelecida no 8º Encontro Nacional, condicionando-as ao acordo programático e tendo como alvo a consolidação da frente nacional (que reproduz a frente de 1989, acrescida do PSTU) e o deslocamento de setores dissidentes do PSDB, PDT e PMDB. Este ponto foi tratado de maneira geral, na

resolução sobre conjuntura e estratégia da campanha, ficando sua concretização nos casos estaduais para a direção nacional e encontros estaduais. Mas destacou-se a questão do Ceará, a partir de deliberação do Diretório Nacional (referendada pelo Encontro). Esta resolução determina o lançamento de uma candidatura ao governo daquele estado, que seja do PT ou de partido aliado, revogando decisão do Encontro do PT-CE que decidira apoiar Tasso Jereissati (ver matéria das páginas 10 e 11).

Caráter dos mandatos do PT

A atualização da Carta Eleitoral do partido retoma uma questão central, a do caráter partidário dos mandatos. Estabeleceu o princípio da fidelidade partidária (com sua incorporação ao Estatuto e ao Regimento Interno). A Carta afirma que “as bancadas parlamentares estão subordinadas às deliberações das instâncias partidárias. Em caso de titular abandonar as fileiras do partido, perderá seu mandato que será automaticamente assumido pelo suplente”. Ainda que tenha um poder legal que pode ser contestado (porque a legislação em vigor consagra o mandato individual), esta resolução, que tem validade para os que vierem a ser eleitos, marca uma diferença fundamental com o comportamento de parte da atual bancada no episódio da revisão constitucional.

O processo de decisões no 9º Encontro

O processo de decisões das principais questões evidenciou as mudanças partidárias depois do 8º Encontro. Em primeiro lugar uma direção partidária com legitimidade e que saiu reforçada com o resultado do Encontro. Foi com base nas diretrizes desta direção que se construiu o projeto de programa, o principal documento do Encontro. Também com base na resolução do Diretório é que se definiu a questão Ceará. A constituição de um patamar unitário, tendo como referência o 8º Encontro, permitiu enfrentar as questões mais polêmicas sob a ótica do que estava em jogo dentro do partido e na disputa do partido na luta política em curso no país. Este é o ambiente que explica um encontro com disputas importantes em plenário, mas com as principais polêmicas sendo resolvidas através da formulação de emendas de acordo, que receberam o apoio da grande maioria dos delegados e subordinaram a lógica da disputa de blocos.

Os blocos de tendências que se formaram no 8º Encontro comportaram na verdade como campos, com abertura para o debate. Neste processo, o campo em torno à *Opção de Esquerda* manteve-se como referência principal para articular as posições hegemônicas no Encontro. □

Uma hegemonia de esquerda

RAUL PONT

O 9º Encontro Nacional do PT frustrou, mais uma vez os vaticínios da mídia e dos articulistas de aluguel da grande imprensa. Durante semanas prenunciavam o “racha” no Partido. “Lula sairá refém do Partido”, afirmavam uns, “Lula derrotará os radicais para poder governar”, previam outros.

O 9º Encontro foi um dos mais tranquilos da nossa história. Amadurecido em centena de encontros municipais e estaduais, o projeto do programa chegou Brasília já sistematizado e com um elenco pequeno de questões polêmicas.

Na minha avaliação, foi uma convenção positiva, reafirmando um campo da esquerda, hegemônizando as principais votações e revelando uma capacidade de encontrar consensos em questões que permitiriam uma exploração tendenciosa pelo monopólio de informações que existe no país.

Cabe aqui uma ressalva: é correta e necessária a busca de consensos bem como levar em conta as formas como as questões são deturpadas pela mídia; não é aceitável absolutizar esses elementos em prejuízo do debate e de deliberações de temas

polêmicos, mas pertinentes, na vida das pessoas.

Em alguns momentos, nos bastidores, aparecem argumento deste tipo. Mesmo com “boas intenções”, essa tendência não é a da história do Partido. Nunca tivemos tabus ou temas no “Index” que fossem vedados ou proibidos ao conhecimento e aos debates aos filiados, nem também é nossa lógica sermos pautados pela Rede Globo ou Juízes que arbitrem, por sua liderança ou carisma, qual é o ponto de equilíbrio ou consenso do Partido. Nossa tradição é a da plena liberdade de discussão e de voto para conformar consensos ou maiorias. Isso não enfraquece nem divide, ao contrário, é exatamente o que nos faz crescer.

Não há dúvida, porém, que o saldo é positivo. A ovação a Bisol, como vice, na abertura do Encontro, sinalizou uma tendência na política de alianças e na retomada do espírito e da garra da Frente Brasil Popular de 89.

A vigilância e a presença das bases partidárias estiveram firmes, mesmo em votações como a questão do aborto e da dívida externa, tensionando os acordos ou demarcando, pelo voto, que o debate continua. Talvez a votação que melhor expresse o sentimento vigilante dos delegados foi a adequação dos Estatutos à nova lei partidária

que transfere aos partidos os controles dos eleitos, inclusive, com a punição máxima da perda do mandato.

Questão tranqüila no Diretório Nacional transformou-se em polêmica no plenário, num momento em que o respeito às decisões partidárias e a tendência a autonomização dos mandatos parlamentares polarizaram recentes debates dentro do Partido. A esmagadora maioria dos delegados incorporou esse direito de forma pioneira no sistema partidário brasileiro, contrapondo-se o balcão de negociações de mandatos no Congresso Nacional.

O debate sobre políticas de alianças teve sua principal referência no Ceará, onde o Encontro referendou a posição do DN, convencendo os companheiros que defendiam apoio ao PSDB lançarem candidato próprio ou da Frente Popular. Fica a dúvida sobre casos tipo Mato Grosso onde, na falta de ousadia e construção partidária, caminha-se para o reboquismo suicida sem nenhum compensação, nem mesmo o pragmático voto no Lula no 1º turno.

Por fim, o Partido, saiu municiado para o enfrentamento da conjuntura e uma boa estratégia de etapas e momentos de campanha eleitoral. □

Crise na Venezuela

Por decisão da Corte Suprema de Justiça, o ex-presidente deposto da Venezuela, o social-democrata Carlos Andrés Pérez, foi preso por corrupção, em 18/5. Pérez é acusado de ter desviado 17,2 milhões de dólares de um fundo do ministério do Interior. O dinheiro teria sido usado em proveito da atual presidente da Nicarágua, Violeta Chamorro, em suas campanhas contra os sandinistas, que eram apoiadas por Pérez.

O jornalista Newton Carlos opinou um dia depois que a prisão pode ter sido na verdade um esforço das autoridades para aplacar os protestos da população, que se insurgiu nas últimas semanas contra um novo aumento das passagens de ônibus decretado pelo governo de Rafael Caldera - que assumiu com discurso nitidamente antiliberal. Os protestos incluíram roubo de armas em quartéis, explosões de bombas, trincheiras na universidade, onde os estudantes teriam recebido a Guarda Nacional a bala. Teriam circulado ainda rumores sobre a morte de Caldera, desmentidos por sua estranha aparição num quartel, onde jogava cartas. O ministro da Defesa teria assegurado que as Forças Armadas manterão a ordem "de qualquer jeito".

O coronel Hugo Chávez, principal líder do Movimento Revolucionário Bolivariano, seria personagem central da crise e dos protestos. Libertado no início do governo de Rafael Caldera, já afirmou mais de uma vez que poder haver guerra civil, "caso não haja grandes transformações". Garantiu ainda que tem apoio em "todos os níveis das Forças Armadas".



MILTON DACOSTA

Privatizações no Peru

A política de privatizações imposta pelo presidente peruano Alberto Fujimori resultou, em 17/5, em mais um fato indesejável. A Companhia Telefônica de Espanha assumiu, em 17/5, o monopólio das telecomunicações no país, ao adquirir, por US\$ 2,002 bi, as das duas companhias de telecomunicações do Peru. O presidente da empresa espanhola alardeou que ela consolidava, com a operação, seu "status" de líder das telecomunicações em toda América Latina, e preparava-se para incorporar a CTC, do Chile e a Telefônica Argentina, das quais já é acionista.

Palestina

A população palestina da Faixa de Gaza comemorou a retirada das tropas israelenses do território, em 18/5, atirando pedras nos soldados. Manifestantes gritavam também o slogan "Não queremos paz". Cantavam, dançavam e destruíam símbolos judeus.

Cinco dias depois, o governo israelense anunciou que abandonaria todas as negociações com a OLP se o líder da organização, Yasser Arafat, não renegasse publicamente um discurso que fez no início do mês em Johannesburgo, onde esteve para assistir à posse de Nelson Mandela. Ao visitar uma mesquita da capital sul-africana, Arafat lembrou que outros líderes muçulmanos, como o próprio Maomé, haviam sido, no passado, forçados a firmar acordos desfavoráveis para alcançar vitórias passageiras; e que mais tarde haviam denunciado tais acordos.

Eleições

Uma missão do Instituto Internacional Democrático, que incluiu 26 observadores dos EUA e América Latina e acompanhou as eleições na República Dominicana, denunciou em 18/5 a ocorrência de fraudes no pleito.

O chefe da missão, Stephen Solarz, disse serem proeminentes as denúncias do Partido Revolucionário Dominicano (PRD), segundo as quais as listas de votantes foram deliberadamente alteradas para excluir apoiadores da oposição. Apurados 90,41% dos votos, o resultado apontava 42,55% para Joaquim Balaguer, da situação, e 41,13% para Peña Gomez, do PRD.

Drogas

O tribunal constitucional da Colômbia promulgou em 18/5 sentença que autoriza o uso e o porte de doses pessoais de drogas. Não haverá qualquer pena, nem mesmo "tratamento compulsório de desintoxicação", como ocorria até ontem, contra quem portar até 20 gramas de maconha, 5 de haxixe, 1 de cocaína ou doses semelhantes de outras substâncias.

A base para a sentença, anunciou o tribunal, está no princípio constitucional segundo o qual o Estado não pode interferir no livre desenvolvimento da personalidade dos indivíduos.

Dois dias antes, autoridades alemãs haviam adotado posição de sentido oposto. O Executivo do país anunciou que não aceitaria decisão do governo do Estado da Renânia-Westfália, que liberou a posse e o consumo de doses individuais de cocaína e heroína. A decisão provincial foi um desdobramento de ato do Tribunal Constitucional alemão, que comunicou há um mês que deixará de punir a posse de haxixe e maconha.



TARSLADO AMARAL

Usinas

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) informou em 11 de maio que há 430 usinas nucleares em operação no mundo. Em 1993 entraram em operação nove novas usinas nos EUA, Canadá, China, França, Japão e Rússia, com capacidade de geração de nove mil megawatts. E 55 reatores estavam em construção em 18 países. Segundo a AIEA, 17 países dependiam das usinas nucleares para atender a um quarto de seus gastos de energia, sendo que na Lituânia elas geram 87,2% da energia, na França, 77,7%, na Bélgica, 58,9%, e na Eslováquia, 53,6%.

Pílula do dia seguinte

A pílula francesa abortiva RU 486, conhecida como a pílula do dia seguinte, poderá ser comprada nos EUA a partir de 1996. Embora vendida desde 1989 na França, Inglaterra e Suécia, ela estava proibida nos Estados Unidos por iniciativa do governo Bush.

Um acordo firmado entre o laboratório Roussel Uclaf, que produz a pílula na Europa, e o governo norte-americano, doou os direitos de patente para a Population Council. A organização americana de controle da população é uma entidade sem fins lucrativos e em troca o laboratório não será responsabilizado por qualquer ação civil que seja movida no país devido ao uso da pílula. A Roussel se recusou até agora a autorizar a comercialização da pílula nos EUA temendo boicotes do movimento antiaborto.

Testes clínicos revelaram que a RU 486 funciona em 85% dos casos. Ela tem como efeito colateral um intenso sangramento, característico de abortos convencionais. O RU 486 bloqueia a ação da progesterona, hormônio que prepara o revestimento externo do útero para a gravidez. Quarenta e oito horas após a ingestão, ela deflagra a menstruação, que interrompe a gravidez.

EM TEMPO:

ASSINATURA ANUAL (10 edições).....Normal CR\$ 20.000,00
Apoio CR\$ 40.000,00

Nome:.....
Endereço:.....
Cidade:..... Telefone:..... Cep:.....

Recorte e envie juntamente com um cheque nominal a Carlos Henrique Árabe. Rua Brigadeiro Galvão, 138 Barra Funda São Paulo - SP CEP: 01151-000 Tel. 665550



GLORIA FLUGEL

Campanha Lula e alianças

JOAQUIM SORIANO

A disputa presidencial em 1994 marca o conjunto da vida do país. O tom da eleição é dado pela força da candidatura Lula e a possibilidade de um governo que realize um conjunto de reformas favoráveis aos setores populares. Este governo será um duro golpe para os projetos liberais e para o secular domínio da elite que governa o país. É esta disputa que determina também a ação governamental (com destaque para o plano que instaura a nova moeda) e as alianças que buscam eleger novos governadores.

As classes dominantes buscam acima de tudo costurarem uma aliança capaz de enfrentar Lula. Na fracassada revisão constitucional, o PSDB e o PFL se reconheceram como parceiros programáticos. No governo Itamar encontraram o financiador para lançar um novo personagem - FHC - à presidência. Tinham e têm acordo político sobre o conteúdo de diferentes projetos, via de regra, os mesmos recomendados pelo FMI: Privatização, estado mínimo, desregulamentação, subserviência ao capital financeiro.

A força da candidatura Lula

A candidatura Lula é fundada numa longa trajetória de lutas, que se confunde com a luta democrática no povo a partir das jornadas pelo fim da ditadura militar. A derrota para Collor e o projeto neo liberal em 1989 criou um intervalo nesta trajetória, mas ela foi retomada na luta pelo "impeachment".

Como diz a resolução do 9º EN do PT; "A conjuntura e a campanha", "fica cada vez mais claro para o País que

só a candidatura Lula reúne condições para superar a crise e retomar o desenvolvimento, com distribuição de renda, riqueza e poder. Sabedoras disso, as forças conservadoras movimentam-se desde 1992 com um único intuito: impedir nossa vitória eleitoral...

"Em todos esses episódios - movimento pelo "impeachment", unidade nacional em torno do governo Itamar, plebiscito sobre sistema de governo, revisão constitucional - nosso partido acertou globalmente, derrotando total ou parcialmente as manobras que visavam impedir nossa vitória ou simplesmente nos descaracterizar, transformando-nos em fiadores do pacto entre as elites."

Retomando com vigor a trajetória de lutas do campo democrático, o PT e o movimento de-

mocrático e popular souberam não só responder à agenda do Congresso Nacional, mas também trazer para a cena nacional a imagem do Brasil real. A candidatura Lula pôde consolidar-se ainda mais com a realização das Caravanas da Cidadania.

Lula, Bisol e a Frente

A Frente Brasil Popular é reeditada cinco anos depois. O senador Bisol, do PSB-RS, é novamente o vice da aliança entre o PT, PSB, PCdoB, PPS, PST-U. Uma segunda chance para o Brasil, coisa rara na história. Uma chapa mais forte porque aprofundou-se a crise nacional e a crise da representação burguesa, enquanto o PT manteve ao longo de todo este período a coerência com seu projeto básico e ampliou o seu laços com a sociedade brasileira.

Depois de uma longa fase de campanha solitária, em que a candidatura Lula praticamente não teve adversários, a disputa eleitoral entra agora em uma nova fase, com as outras candidaturas saindo a campo. Para Lula, o PT e a militância do campo popular, terminou a fase das caravanas da cidadania e iniciou-se o corpo a corpo nas ruas, fábricas, escolas, campos. Mas é importante destacar que ainda não temos estrutura para organizar a militância que a campanha pode e deve aglutinar; nem as campanhas estaduais do partido decolaram na maioria dos locais. A base de sustentação da candidatura Lula ainda é fundamentalmente seu apelo popular decorrente da coerência da sua trajetória individual e, coletivamente, do PT.

Esta nova fase da campanha exigirá dos candidatos e das coordenações de campanha uma compreensão política refinada da relação entre as campanhas estaduais e a presidencial. O favoritismo de Lula e a força de sua candidatura tende a autonomizá-la em relação às candidaturas majoritárias nos estados. É claro que a identificação destas com Lula e o PT pode ser um fator de alavancagem. Mas isto é pouco. Precisamos de ações políticas para a afirmação das candidaturas do PT, para apresentá-las com força própria.

Situação eleitoral nos estados

A regra para as composições eleitorais nos principais estados seguiu o arco de alianças da frente nacional, sendo que o PSB concorre aos governos estaduais em Alagoas, Amapá e Pernambuco com o apoio do PT.

No Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, enfrenta a candidatura de Antonio Brito (PMDB), hoje favorita. É bom lembrar que em 1988, na disputa para a prefeitura de Porto Alegre, a situação era ainda mais desfavorável para o PT. Na reta final deu Olívio. O PT está unido e com garra para a disputa. É a vez da Frente Popular ampliar o seu favoritismo para além da capital.

No Rio de Janeiro a frente tem Jorge Bittar para o governo, Bené e Saturnino Braga (PSB) para o Senado. Depois de uma disputa muito acirrada dentro do PT, entre Bittar e Vladimir Palmeira, pela vaga de candidato a governador, agora é hora de unificar o PT que junto com o PSB, PPS, PCdoB, PCB e do PST-U tem muita chance de desbancar o favoritismo anunciado de Marcelo Alencar (PSDB). Este é o candidato das elites que também aparece nas listas de propinas do quartel general da contravenção.

Em Minas Gerais, onde o PT está na Prefeitura de Belo Horizonte e de outras importantes cidades, a candidatura do deputado estadual Antonio Carlos Pereira, o Carlão, ao governo do estado enfrenta as forças conservadoras aglutinadas em torno de Helio Costa (ex-PRN).

O exemplo de São Paulo.

Em São Paulo, Zé Dirceu para o governo aglutina a frente democrática que tem como objetivo derrotar o quercismo e a aliança PSDB-PFL. Zé Dirceu tem tudo para ser apresentado como um candidato profundamente identificado com a construção do PT e como o mais destacado parlamentar na luta pelo "impeachment" de Collor.

Em São Paulo, Maluf está fora da disputa. O PMDB está

As classes dominantes buscam acima de tudo costurarem uma aliança capaz de enfrentar a candidatura Lula.



bastante abalado com as denúncias de corrupção. Mario Covas (PSDB) vai ter que explicar muito sua aliança com o PFL de Antonio Cabrera e Fiúza. Vai ter que explicar que tem um passado de luta contra ditadura e hoje se alia com aqueles que desfrutaram das benesses do governo policial-militar.

Quem pode ser ofensivo é o PT. Porque Mario Covas escolheu ficar com a direita e os conservadores.

Os problemas nos estados

A Frente tem um problema para administrar no Rio Grande do Norte. Aí, a candidatura de Vilma Farias pelo PSB não é aceita pelo PT, que lançou o vereador de Natal, Mineiro, ao governo. A Comissão Executiva Nacional é favorável à aliança com o PSB no Rio Grande do Norte e à candidatura de Vilma Farias e está discutindo com o partido no estado.

O PDT, que concorre para a presidência com Brizola, tem o apoio do PT nos estados de Mato Grosso (Dante de Oliveira), no Maranhão (Jackson Lago), Sergipe (Jackson Barreto) e ainda discute a aliança em Santa Catarina com Nelson Wedekin.

As alianças com o PDT introduziu a discussão sobre "os dois palanques". Ou seja, uma mesma coligação estadual será apoiada por mais de um candidato à presidência. Nos casos citados tudo indica que haverá uma polarização entre este bloco e uma ou mais candidaturas que represente interesses mais conservadores.

O caso da Bahia

Mas o problema fundamental para abordarmos a questão das alianças nos estados está na relação com alguns setores burgueses. A fragilidade do projeto hegemônico do lado das classes dominantes possibilitou que em alguns estados a disputa eleitoral seja carregada de uma excessiva autonomia. Certas representações políticas regionais não encontram espaço definido em nenhum dos campos que se formam para a disputa nacional. Neste sentido podem ainda ser polarizadas ou neutralizadas pelo projeto democrático e popular. Este é o caso de certas candidaturas do PDT e do PSDB da Bahia.

Foi da Bahia, que o ex-governador Antonio Carlos Magalhães, atual candidato ao Senado pelo PFL, lançou a idéia de FHC para presidente com apoio do PFL. É na Bahia que o PSDB de Valdir Pires, Jutahy Magalhães e de Lídice da Mata quer se viabilizar como oposição a Antonio Carlos Magalhães. Um problema para a candidatura FHC e uma oportunidade para a candidatura Lula crescer, retirando apoio do adversário.

Situação que faz lembrar o 8º EN (1993) que definiu o PSDB como um partido em disputa. Um ano depois, majoritariamente, o PSDB se definiu pela direita. Mas alguns setores resistem à aliança com o PFL e PTB. Alguns por coerência, outros por sobrevivência política. Na Bahia, o candidato do PSDB ao governo (Jutahy) e o candidato ao Senado (Valdir) declaram apoio a Lula no 1º turno. Com Valdir Pires o PT esteve junto, inclusive, na luta contra a tentativa de revisão constitucional, imposta pelo FMI, FHC e Jobim.

Para o PT baiano é uma enorme dificuldade retirar o candidato ao governo do estado, Zezeu (vereador mais votado de Salvador) indicado por unanimidade pelo Encontro Estadual. É difícil apoiar Jutahy Magalhães porque este não compartilhou da maior parte das jornadas democráticas dos últimos anos.

Mas neste caso deve pesar mais a disputa presidencial e o significado que tem para a candidatura Lula contar e anunciar para todo o país que o projeto democrático e popular contra as elites, contra FHC do PSDB e do PFL, atraiu os tucanos da Bahia. Que Jutahy e Valdir querem Lula já no 1º turno e não querem FHC.

Aliança não é só soma, é constituição de um campo político hegemônico. Tão pouco representa acordos totais: continuam as disputas no seu interior. A situação privilegiada que o PT ocupa na construção deste campo hegemônico nos obriga à ousadia.

A tucanagem cearense

A situação baiana é, com sinal invertido, tão importante para a disputa como seria a do Ceará, se prevalecesse a

política implementada anteriormente pela direção regional do partido naquele estado. Lá desconhecendo as resoluções do 8º EN e principalmente a opção do PSDB pela direita, a maioria do DR queria uma aliança subalterna ao PSDB. Com Tasso Jereissati para governador.

Acertadamente, o Diretório Nacional do PT que antecedeu ao 9º Encontro fez ver aos companheiros do Ceará o desacerto daquela política. Seria como se o PT avaliasse os governos do PSDB. De Tasso para Ciro e de Ciro para Tasso. Tão bom, apesar de ser o único, que até o PT apoia.

Hoje o PT do Ceará em aliança com o PSB e o PC do B tem candidatos ao governo e ao senado, além da chapa de proporcionais. Uma crítica dura aos que disseram ter rompido com a "política tradicional dos coronéis" e agora, para impedir o avanço do campo democrático e popular, novamente se aliam nacionalmente com os "coronéis".

Dissidências no PMDB

Por onde as Caravanas da Cidadania passam, vários são os prefeitos de diferentes partidos que manifestam o apoio a Lula. Em pequenas cidades do interior, onde não há nada, onde os mais "lascados" tentam viver, a presença de Lula ilumina o resto de esperança dessa gente e apresenta uma perspectiva de futuro. Nestes lugares os laços partidários sempre foram muito tênues. Valia a força do clientelismo, numa longa cadeia de "lealdades" e troca de favores. Tudo indica que este sistema está muito abalado. □

Outra situação é a de candidaturas aos governos estaduais. A situação do Brasil é tão aguda que as marcas divisórias da disputa tendem a se simplificar. Um bom exemplo é o sintetizado na fórmula "apoio a Lula no 1º turno". Os candidatos do PMDB na Paraíba e em Rondônia chegaram a ameaçar este apoio. Mas, passada a convenção do PMDB, com a indicação de Quercia a presidente, o PT precisa de definições claras. Ou Lula no 1º turno e apoio do PT a candidaturas de outros partidos em rompimento com a cúpula destes partidos, ou candidatos da Frente Brasil Popular. □

Joaquim Soriano é membro do DN do PT.

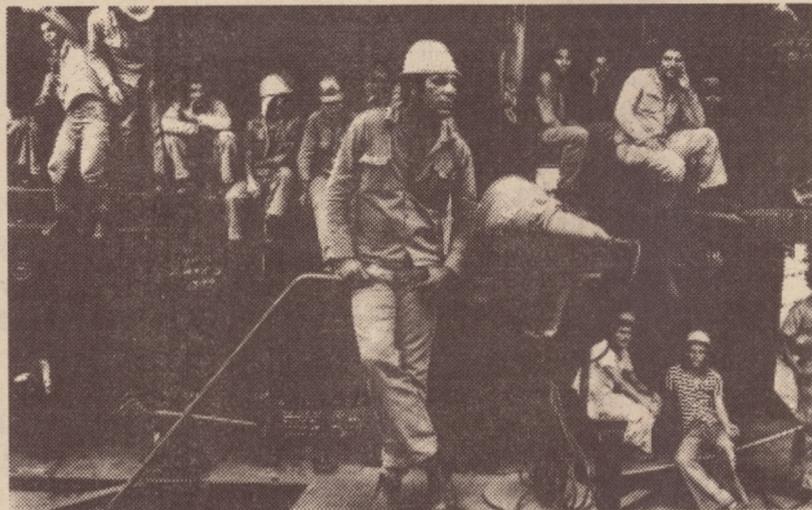
A disputa eleitoral nos estados está marcada por uma autonomia face à disputa presidencial devido a crise de direção da burguesia.

QUADRO ELEITORAL RESUMIDO DOS ESTADOS

ESTADO	GOVERNADOR	COLIGAÇÕES	OUTROS
AC	PT-Sebastião Viana	PSB, PCdoB, PPS e PST-U	PV
AL	PSB-Marcos Vieira	PSB e PPS	PRP e PV
AP	PSB-João Capileribe	PSB e PCdoB	PV e PDT
AM	PT-Aloisio Nogueira	PPS, PCdoB e PST-U	PV
BA	PT-Zezéu	PSB	
CE	PT-Joaquim Cartaxo	PSB e PCdoB	PPS e PDT
DF	PT-Cristovam Buarque	PSB, PCdoB, PPS e PST-U	PCB
ES	PT-Vitor Buainz	PSB e PCdoB	PV e PCB
GO	PT-Luiz Antônio	PCdoB, PPS e PST-U	PV e PMN
MA	PDT-Jackson Lago	PCdoB e PPS	PMN, PSDB e PDT
MT	PDT-Dante de Oliveira		PMDB, PSDB, e PDT
MS	PT-Pedro Teruel	PSB, PPS, e PST-U	PMN
MG	PT-Carlão	PSB, PCdoB, PPS e PST-U	
PA	PT-Valdir Ganzer	PST-U	PV
PB	PT-Avenzoar Arruda	PSB	PSB e PPS
PR	PT-Samek	PSB	
PE	PSB-Miguel Arraes	PSB, PCdoB e PPS	PCB
PI	PT-Roberto John/Nazarreno	PSB e PST-U	PV, PMN e PDT
RJ	PT-Jorge Bittar	PSB, PCdoB, PPS e PST-U	PMN
RN	PT-mineiro	PST-U	PCB e PV
RS	PT-Olívio Dutra	PSB, PCdoB, PPS e PST-U	
RO			PV e PCB
RR		PSB	
SC	PDT-Wedekin (não definido)	PSB, PCdoB e PPS	PV
SP	PT-José Dirceu	PSB, PCdoB, PPS e PST-U	PSDB, PV e PDT
SE	PDT-Jackson Barreto	PSB e PCdoB	PCB
TO	PT-Neilton Araújo		PV, PCB, PMN, PP e PDT

À altura dos desafios

Solidariedade



RUTH TOLEDO

MARIA CONSOLAÇÃO DA ROCHA E RAFAEL FREIRE

O 5º Congresso Nacional mostrou uma CUT que tem condições de se por a altura dos desafios do período. No sentido oposto ao 4º Concut, que se pautou pelo internismo e os impasses de formulação de política, o 5º foi marcado pelo esforço de responder à conjuntura e de se fazer uma síntese nas definições estratégicas da Central.

Quatro resoluções - pelo menos - apontam claramente nesse sentido:

- o Manifesto dos delegados do apoio ao Lula, votado por unanimidade e a resolução do Congresso de avaliação sobre as eleições, votada por praticamente todas as correntes;
- o plano de ação imediato elaborado e votado consensualmente, apontando para a luta contra o plano FHC com a perspectiva da greve geral;
- a política para enfrentar a reestruturação capitalista (incluindo a orientação nas câmaras setoriais), a partir de uma proposta síntese das elaborações da Articulação Sindical e Cut Pela Base;
- a política internacional ativa e autônoma.

Esse quadro de resoluções políticas e o cenário posto pela polarização de projetos na sociedade e a ascensão da candidatura Lula, pressionaram fortemente no sentido da chapa única, que acabou se concretizando. Estamos, pois, frente a um Congresso que deu passos necessários para que a CUT esteja à altura dos acontecimentos. Mas houve um nítido descompasso (agora positivo) entre o Congresso e o patamar do sindicalismo cutista. Por isso, as resoluções do 5º Concut devem ser trabalhadas ativamente pela militância no sentido de transformar as possibilidades em ações concretas. É a este desafio que hoje estamos todos convocados a responder.

Este foi também um marco na aplicação das cotas de 30% de mulheres na direção. É uma medida que mostrou-se correta ao tensionar as diversas posições para reconhecer a possibilidade e necessidade de indicar mulheres para a direção.

No lado negativo do balanço pesaram pontos referentes à construção da própria Central.

Resoluções aprovadas

1. Plano de ação imediata

O 5º Concut conseguiu dar encaminhamento à retomada das lutas ocorridas no último período, que tiveram seu ponto alto no dia 11 de maio, com greves e manifestações em todo o país.

Afirmou-se a necessidade da construção da greve geral contra a política econômica do Real. O ponto polêmico ficou por conta da marcação de uma data indicativa que o plenário, corretamente, rejeitou.

A resolução aprovada afirma: "Para a preparação desta campanha rumo a Greve Geral, a CUT deve organizar assembléias nas diversas categorias, além de jornadas unitárias nacionais de luta, com uma plenária nacional no momento adequado, e apoiar as greves em curso do setor público e privado".

2. A CUT frente às eleições

Praticamente todas as correntes cutistas votaram uma resolução sobre as eleições que afirma: "Nas eleições de 1994, mais do que uma escolha entre candidatos, acontece o embate entre diferentes projetos para o país... No campo progressista, tem-se afirmado o projeto democrático popular, explicitado na candidatura Lula, cuja vitória abrirá amplas possibilidades de mudanças econômicas, políticas e sociais..."

"O sindicalismo que representamos, que é parte integrante desse projeto (democrático e popular), nasceu e se consolidou adotando uma concepção de liberdade e autonomia com relação ao estado, governo e partidos. Por isso, ao mesmo tempo em que, como instituição sindical pluralista preserva sua autonomia e independência, a CUT conclama os trabalhadores para o apoio e atuação em defesa de suas concepções e de sua plataforma que querem ver incorporadas num projeto democrático e popular.

"A CUT é contrária a qualquer relação tutelar, paternalista ou de atrelamento a qualquer governo. Passadas as eleições, que não encerram as disputas entre projetos, a CUT continuará mobilizando os trabalhadores em defesa de suas reivindicações, lutando pela conquista e ampliação de direitos e pela superação da grave crise em que se encontra o país do ponto de vista da maioria da população"

Além desta resolução que coloca a compreensão da CUT sobre o período, houve um acordo no sentido de que a Central enquanto entidade não deveria formalizar seu apoio ao Lula. O mesmo foi feito pelo conjunto dos delegados através de um Manifesto assinado. Esta resolução ajuda ao envolvimento massivo da militância sindical no processo eleitoral - o que era nosso objetivo central nesta discussão.

3. Manifesto dos delegados em apoio ao Lula

Trechos do Manifesto no qual os delegados ao Concut conclamam aos trabalhadores a votar em Lula: "Nós, delegados ao 5º Concut vindos das mais diversas partes do Brasil, representando diferentes concepções políticas e sindicais e conscientes da profundidade política e da dimensão histórica da luta de classes em curso, manifestamos o nosso apoio à candidatura do companheiro Lula a presidência da República. E mais, comprometemo-nos a nos engajar efetivamente na campanha, com destaque para a organização de Comitês pró-Lula Presidente em cada categoria, empresa e local de moradia.

"Sabendo que a disputa não se encerra nas eleições, lutaremos para nela engajar a base social organizada da CUT - e o conjunto das forças e segmentos sociais que possamos atingir - na construção de um amplo movimento pela realização das reformas estruturais que os trabalhadores exigem para a saída da crise do país..."

4. A política frente à reestruturação

Como enfrentar a reestruturação capitalista? Frente a esta questão o sindicalismo cutista tem enfrentado fortes impasses e, inclusive, o debate sectário em torno do "participa/não participa" das câmaras setoriais.

A Tese Base que o 5º Concut, ao contrário, buscou formular uma nova síntese, crítica em relação às experiências já realizadas e afirmativa no sentido da necessidade dos trabalhadores

A chapa única

Após uma iniciativa da Articulação Sindical de propor ao conjunto das forças cutistas uma "chapa única" no 5º Concut, sindicalistas de diversos estados identificados com a Cut Pela Base lançaram o manifesto "Bases para a construção de uma chapa unitária no 5º Concut".

O eixo desse manifesto destacava a necessidade de responder de uma forma radicalmente diferente a uma conjuntura marcada pela polarização de projetos na sociedade. A partir daí trabalhavam-se os "alicerces" do funcionamento interno da direção que serviriam para sustentar um mandato originado numa chapa única.

Com essa perspectiva estabeleceram-se parâmetros mais claros para balizar a construção da chapa. A definição de um campo político comum bastante amplo no interior do Concut em relação a vários temas centrais, assim como compromissos assumidos na negociação da chapa com um claro sentido de democratizar a estrutura de direção nacional pavimentaram a construção da chapa.

Esses sinais de democratização da esfera de direção certamente são frágeis já que não foram inscritos como mudanças estatutárias (seja no colegiado, seja na proporcionalidade direta). Além do mais, trabalhava-se sobre o quadro criado pela crise das "CUTs Regionais" - fenômenos mais localizado no Estado de São Paulo. No entanto, a declaração da chapa única permite retribuir o projeto da CUT nas regiões (ver matéria da pg. 14).

Em relação a esses temas o manifesto da chapa denominado **Uma Central e um país para os trabalhadores** afirma: "Neste ano estarão polarizando vários projetos para governar o país. Sendo que a partir das reivindicações da CUT, o projeto democrático e popular é o que vem de encontro aos interesses da classe trabalhadora.

"Esta disputa e a possibilidade real de vitória e conquistas nos coloca mais um desafio: a unidade democrática e de ação da Central. "Os sindicalistas não podem se omitir. Precisamos contribuir efetivamente para que possamos iniciar este passo

decisivo da nossa história. Portanto, tendo esta questão como ponto de partida determinante, nós delegados presentes ao 5º Concut, decidimos apresentar e eleger uma única chapa para dirigir a central nos próximos três anos."

Impasses que permanecem

O 5º Concut passou também por impasses importantes. O principal deles foi o recuo na decisão que as correntes sindicais petistas tinham no sentido de avançar na luta pela liberdade de organização sindical e de retomar a construção da estrutura orgânica da CUT.

Apenas a Corrente Sindical Classista defendeu a herança celetista dentro da CUT - e foi fragorosamente derrotada numa emenda que rejeitava a Convenção 87 da OIT.

Mas, não se encontrou entre as correntes favoráveis à tradição cutista de liberdade de organização sindical a energia política e a síntese estratégica que permitissem desenhar o caminho para a superação. Ficou assim como tema pendente para as Plenárias Estatutárias seguintes.

Em relação ao processo de aprofundamento da democracia interna, foi derrotada pela Articulação Sindical e a Corrente Sindical Classista a emenda sobre proporcionalidade direta nas eleições para instâncias da CUT. Esta prática que já vigora em muitos Estados e categorias ainda é recusada ao nível nacional com prejuízo para a construção da Central.

Finalmente, se o 5º Concut foi um momento alto para o trabalho de mulheres pela aplicação das cotas, mostrou também limitações ao rejeitar a proposta de formar uma Secretaria de Mulher na Executiva Nacional, que poderia se constituir num espaço para alavancar o trabalho. Optou-se pela continuidade da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora. □

Maria Consolação da Rocha e Rafael Freire foram eleitos no 5º Concut para integrarem a nova executiva nacional da Central.

construírem suas propostas frente às iniciativas patronais. Assim por exemplo, a **Tese Base** aprovada afirma: "No enfrentamento da reestruturação impulsionada pelo capital nos anos 90 a resposta sindical deve equacionar a perspectiva dos diversos setores da classe trabalhadora que sofrem direta ou indiretamente o impacto das medidas de reestruturação. Nesse sentido afirmamos que as respostas iniciais, tanto nas câmaras setoriais quanto nas empresas autogestionárias, não dão base suficiente para uma resposta global frente aos impactos do ajuste ..."

Esta posição foi defendida em plenário por representantes da Cut Pela Base e da Articulação Sindical. A ela se contrapuseram três formulações (CSC, PSTU, OT) que apenas trabalham na negação das negociações tripartites sem conseguir avançar um passo em relação ao que seria a resposta sindical correta.

Contrariamente as propostas que apenas visam "marcar posição" o conteúdo da **Tese Base** neste ponto resgata os princípios classistas buscando aplicá-los à ação sindical concreta.

5. A política internacional

Já na **Tese Base**, que foi referendada pela grande maioria do plenário, se afirma: "A discussão sobre política internacional na CUT tem sido feita desde a preparação do 4º Concut principalmente em torno da 'filiação a uma central sindical internacional', isto é, a CIOSSL. Este enfoque postergou a questão estratégica: qual política internacional a CUT defende? Quais centrais sindicais de outros países são aliadas para desenvolver essa política? Quais ferramentas organizativas devem ser usadas ou construídas

para dar conta das tarefas?

"A filiação à CIOSSL decidida na 5ª Plenária Nacional (1992) não impede que façamos essa discussão. Dependendo da própria CUT. Alguns aliados históricos da CUT no plano internacional são filiados à CIOSSL, assim como outros não são filiados".

Isto é, trata-se de uma visão crítica em relação ao próprio processo de filiação, levantando a necessidade de afirmar uma política da CUT. Na **Tese Base** pode-se perceber que toda a primeira parte, onde se define a política internacional da CUT não existe menção à ORIT/CIOSSL, cujo papel é tratado no final de maneira subordinada às definições da própria CUT.

Esta visão foi fortalecida com a absorção de uma emenda apresentada pelo O Trabalho que define: "No terreno internacional, a CUT luta pela unidade de ação dos trabalhadores... Esse é o sentido da nossa presença na CIOSSL que passou a ocupar o lugar de única entidade sindical a nível internacional..."

"Não confundimos uma entidade sindical com sua direção. Ainda que possamos discordar de métodos e políticas de sua direção, atuamos na CIOSSL de forma autônoma. Não estamos na CIOSSL por uma simples troca de experiências ou por relações diplomáticas. A CUT deve participar da CIOSSL conclamando sua direção e o conjunto das centrais filiadas a uma ação de



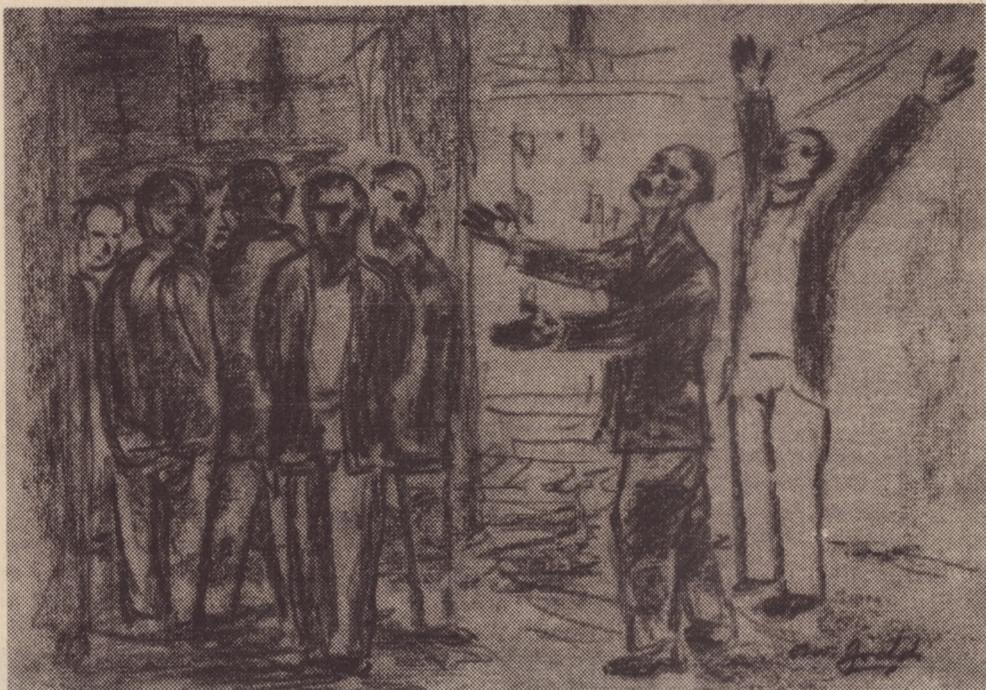
frente única contra os males que os ajustes implementados pelo FMI e o Banco Mundial causam em todos os países..."

6. A posição sobre Cuba

O 5º Concut votou por quase unanimidade a mais forte resolução sobre Cuba que a Central já tenha tomado. Ela afirma: "O bloqueio econômico à Cuba constitui um flagrante desrespeito ao direito a autodeterminação dos nossos povos e uma inaceitável ingerência externa sobre esse país... A CUT reconhece as conquistas sociais e políticas da Revolução Cubana e entende que deve prosseguir sua campanha de solidariedade ao povo cubano, exigindo o cumprimento das resoluções das Nações Unidas pela suspensão imediata do bloqueio". □

As regionais da CUT

O momento de maior polarização do 5º Concut foi a votação da resolução sobre CUTs regionais. A Articulação Sindical derrotou por 73 votos a proposta defendida pela Cut Pela Base com apoio das demais correntes que, reconhecendo os impasses de construção das regionais, propunha adiar uma resolução para realizar um processo coletivo e amplo de redefinição da organização regionalizada da CUT. A proposta vencedora afirmava: "A política organizativa da CUT deve contemplar um intenso fortalecimento das instâncias horizontais da Central em todos os níveis, desde a base micro-regional.



OSWALDO GOELDI

"É competência das CUTs estaduais nos seus congressos e demais instâncias, apreciar e deliberar sobre a política e estratégia de regionalização da CUT no seu respectivo estado, incluindo as condições financeiras, materiais e humanas para sua implementação. "A regionalização da CUT em cada estado deve assegurar a presença efetiva dos sindicatos filiados e de uma coordenação para as tarefas da CUT na região. Os membros da direção estadual da CUT da região são membros natos nessa coordenação.

"A partir do 5º Concut as CUTs Estaduais deverão adotar essa resolução para as atuais CUTs Regionais".

Na véspera de acabar o Congresso (já no sábado a noite) os negociadores da Cut Pela Base colocaram que a interpretação que alguns dirigentes da Articulação Sindical davam a essa resolução, no sentido de que abria as portas para acabar com a organização cutista inter-categoria, seria impeditivo para a construção de uma chapa única. Esta era a última barreira para concretizar a unidade do conjunto das forças cutistas. As demais correntes não apresentavam nenhum outro impedimento.

Em resposta a essa preocupação a chapa que formou a nova direção consensuou a seguinte posição expressa no seu manifesto: "Este esforço político passará também pelo fortalecimento da unidade de ação e da prática democrática em todas as instâncias da CUT, sindicatos, estruturas verticais e horizontais. Em relação às regionais, consideramos que as modificações aprovadas neste 5º Concut vem no sentido de se readequar na busca do aperfeiçoamento da estrutura horizontal e reforçar a importância da prática intersindical, o estímulo ao trabalho conjunto das categorias e seus sindicatos, coordenados pelas instâncias da CUT. Consideramos portanto, indispensável que esta atualização necessariamente conte com a participação direta dos sindicatos, das regionais, das estaduais e da nacional, sempre se buscando o consenso, evitando-se imposições e reafirmando o caráter democrático da Central". □

O perfil dos delegados

O 5º Concut foi realizado a partir da mudança dos critérios de eleição de delegados utilizados no 4º Congresso (1991), com os delegados tirados em sua grande maioria diretamente de assembleias de base.

Os dados disponíveis sobre o perfil dos delegados ao Congresso não permitem ainda uma avaliação de conjunto das mudanças resultantes da modificação das regras.

Dos primeiros indicadores divulgados pela Coordenação do 5º Concut se inferem, no entanto, alguns elementos importantes. O primeiro é que houve uma recuperação do peso numérico das delegadas mulheres no conjunto, superando-se o patamar obtido em 1988 - e revertendo a tendência à queda de 1991. No período preparatório do Concut, em todas as instâncias, desde as assembleias de base até os congressos regionais e estaduais, a política de cotas de mulheres teve um impacto positivo e certamente é a ela que se deve creditar o desempenho obtido.

Houve, igualmente, um sensível aumento da participação de delegados negros e isso está relacionado com o trabalho realizado pela Comissão Nacional de Luta contra a Discriminação Nacional - que inclusive escreveu a parte da tese sobre "Política anti-racista", aprovada pelo Congresso consensualmente.

Dentre os indicadores o que mostrou um persistente desempenho deficitário é o de "posição no sindicato", que verificou a continuidade da queda da representação direta da base ou oposições que vem sendo substituída por membros das diretorias sindicais. Por um lado, trata-se de uma "tendência natural", já que a cada dia aumenta o número de sindicatos filiados, mas por outro lado

expressa uma "tendência negativa" já que os fóruns cutistas vem sendo cada vez mais "coisa de profissionais do sindicalismo" (diretores eleitos, em geral liberados, etc.)

Por último, tanto os dados de idade dos delegados como de tempo de diretoria mostram uma CUT em renovação, sem grandes distorções nesses campos. □

IDADE	
De 20 a 30	23 %
31 a 35	26 %
36 a 40	26 %
41 a 50	21 %
Mais de 50	4 %

	SEXO		
	1988	1991	1994
Masculino	76 %	81 %	74 %
Feminino	24 %	19 %	26 %

	COR	
	1991	1994
Branca	65 %	52 %
Negra	10 %	18 %
Outras	25 %	30 %

	ORIGEM		
	1988	1991	1994
Base/Oposição	51 %	27 %	20 %
Direção	49 %	83 %	80 %

TEMPO NA DIRETORIA	
Até um ano	12 %
2-3 anos	27 %
4-5 anos	27 %
6-7 anos	17 %
Mais de 7 anos	17 %

Observação: os dados do 5º Concut correspondem à resposta aos questionários por 1535 delegados dos 2018 credenciados (76%) e divulgados durante o Congresso. Os do 4º (1991) e 3º (1988) são os dados finais das pesquisas realizadas em torno desses Congressos.

Por um novo paradigma

ENTREVISTA COM JUTTA SEIGERWALD

A realização da ECO-92 em junho de 1992 despertou grandes expectativas nos movimentos ambientalistas de todo o mundo. Ela foi um grande evento de mídia, mas seus resultados concretos decepcionaram os grupos ecologistas, em particular aqueles que participaram do evento paralelo promovido pelas organizações não-governamentais. Jutta Seigerwald representou a ONG *Campanha Norte-Sul* no encontro do Rio de Janeiro. Na entrevista abaixo ela analisa o saldo que, quase dois anos depois, pode ser registrado do maior evento ecológico já realizado. Ela foi publicada pelo jornal suíço *La Breche*, de 23 de março deste ano.

Vinte anos se passaram entre a primeira conferência da ONU sobre o meio-ambiente, em 1972, em Estocolmo, e a conferência do Rio, a ECO-92. Há um fio condutor nestas conferências?

Tanto estas conferências como o relatório Brundtland de 1987 veicularam dois mitos. O primeiro: os pobres são a causa principal da destruição do chamado meio-ambiente. O segundo: o crescimento demográfico no hemisfério sul é o elemento determinante da degradação do ambiente.

A conferência do Rio foi aberta segundo a visão de muitas ONGs?

Mais de 170 governos de todo o mundo e mais de dez mil representantes de movimentos sociais, ecológicos, pacifistas, feministas e de organizações representando forças sindicais, de camponeses ou de povos indígenas - cuja sobrevivência está em perigo - reuniram-se no Rio. Há um elemento simbólico, mas importante: a tentativa de estabelecer um acordo sobre o destino da Terra e de suas populações. Evidentemente, isso se desenvolveu no quadro do Fórum Global alternativo e não na própria conferência.

Muitos foram aqueles e aquelas que perderam suas ilusões no curso das negociações entre governos, particularmente quando das discussões preparatórias oficiais ocorridas antes da Cúpula. O Fórum Global alternativo foi, portanto, o fruto da vontade de representantes da sociedade civil de apontar outras vias e modalidades de negociações. O Fórum tomou-as plausíveis. De fato, o Fórum adotou compromissos e assumiu responsabilidades a partir de uma visão geral de convívio entre os povos da Terra e de uma justiça socio-ecológica.

Foram principalmente os movimentos socio-ecológicos do Sul que tiveram a capacidade de ligar a crise ambiental à crise econômica. Esta ligação, completada pela contribuição de diversas organizações vindas dos países ditos do Norte, provocou debates vivos e a assinatura de tratados. De fato, as organizações não-governamentais, para demonstrar que uma formalização de acordos precisos era possível, estabeleceram 46 tratados sobre todos os aspectos da organização da vida e os processos de decisão política necessários para barrar imediatamente a destruição ambiental e construir um futuro distinto, para garantir uma vida digna, inclusive para aqueles e aquelas que ainda não nasceram.

Hoje conhece-se a inefetividade das declarações oficiais. Mas onde estão suas debilidades essenciais?

Os tratados dos governos deixam de lado as verdadeiras causas da destruição do meio-ambiente. Entre elas podemos mencionar: a atividade das multinacionais (que deveriam ser submetidas a regras estritas); a manutenção de um arsenal militar nuclear ainda terrível, sem falar da continuidade dos testes nucleares; o tipo de comércio internacional com suas "exigências" estabelecidas pelos "imperativos da concorrência global"; a produção e a exportação de detritos tóxicos (com implicações seja para os transportes terrestres e marítimos, seja para os depósitos, fraquetemente situados nos países da Europa do Leste ou no hemisfério sul, sem nenhuma medida elementar de proteção); a política do

Banco Mundial e do FMI que definem um modelo de desenvolvimento cujo lema é "tudo para a exportação", apresentado como caminho para o desenvolvimento.

Na prática, os frutos oficiais da Conferência do Rio são: a Comissão para um Desenvolvimento Durável, destinada a controlar e conduzir a aplicação dos acordos pelos países (ela aceita a participação de observadores das ONGs); o Fundo Global para o Meio-Ambiente, gerido pelo Banco Mundial e subsidiariamente pelos Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento e para o Meio-Ambiente.

O primeiro organismo, a Comissão, não dispõe de fato de nenhum poder. Quanto ao segundo, ele é muito contestado, e merecidamente, pelos movimentos populares devido a sua política negativa para o meio-ambiente.

A desilusão dos delegados e delegadas produziu o início de uma abordagem alternativa?

A desilusão, principalmente entre os participantes do Fórum alternativo, foi provocada pela evidente recusa da Conferência do Rio e das iniciativas que lhe seguiram em estabelecer uma verdadeira conexão entre a crise econômica, a crise da "economia mundial" atual e a crise ecológica.

Mesmo se existem divergências de interesses entre os governos do Norte e do Sul, as diferenças efetivas não se situam entre o Norte e o Sul ou entre os governos e as organizações não-governamentais.

A contradição chave é, de um lado, entre os que pensam que a crise ambiental, ecológica, pode ser resolvida graças aquilo que hoje é chamado de "desenvolvimento sustentável", nos marcos de um mercado livre, de tecnologias chamadas próprias, da reciclagem de diversos produtos e da administração dos preços das matérias primas. E, de outro, aqueles que pensam que é necessário redefinir radicalmente o quadro das trocas econômicas internacionais, das normas de produção, dos valores que orientem para o desenvolvimento e não para o crescimento. Isto é, um desenvolvimento que coloque a população no centro das decisões, um financiamento público controlado pelas populações envolvidas, uma democratização profunda das instituições internacionais, o que significa novas instituições. Há a necessidade de se definir um novo paradigma de desenvolvimento.

Eu gostaria de assinalar o papel das mulheres nestas discussões, debates e proposições, tanto antes como depois do Fórum alternativo. Foi a primeira vez que uma conferência deste tipo conheceu uma participação tão ativa das mulheres. □

A contradição chave é entre os que pensam que a crise ambiental pode ser resolvida nos marcos do livre mercado e aqueles que sustentam um desenvolvimento que coloca a população no centro das decisões.



EDWARD WESTON

A indiferença da diferença

FRANCISCO LOUÇÃ

Há trinta anos, o movimento feminista irrompia na cena política, protagonizando um dos mais importantes confrontos sociais e culturais deste tempo. A novidade estava não só na radicalidade da contestação e da reivindicação - nada menos do que atacar a instituição da família patriarcal e retomar um programa igualitarista que tantos ódios tinha suscitado ao longo da história e continuaria ainda a despertar - mas também na atitude perante a vida quotidiana que estava implícita nesse programa. O feminismo era dos primeiros grandes movimentos sociais que queria e se atrevia a começar a praticar o que pregava.

Uma geração depois, este tipo de escolha é normalmente esquecida ou perversamente desvalorizada pelas conveniências da polémica.

A herança feminista

A publicação do livro de Eli Zaretski, *Capitalismo e Vida Quotidiana*, representou no final dos anos setenta um exemplo desta corrente que, a partir do feminismo, fazia o balanço crítico da instituição familiar dentro das relações capitalistas. Provocando grande polémica, a tese apresentada sublinhava a continuidade das relações de opressão, anteriores e permanentes no modo capitalista de produção.

E o debate revelou dois tipos de posições. Por um lado, o *feminismo socialista* que, embora aceitando que a opressão patriarcal fosse historicamente anterior ao capitalismo, sublinhava que a relação capitalista se apropriara e desenvolvera o sexismo e que a única estratégia para vencê-lo passava por uma aliança entre todas e todos os oprimidos, aliança que respeitasse a diferença das mulheres. Essa diferença era, portanto, a base para uma autonomia que se criava dentro dos movimentos anti-capitalistas. Mas, por outro lado, estava o *feminismo radical*, baseado no que hoje se chamaria de "lesbianismo político" ou em outras formas de afirmação da identidade pela diferença - que tratava a construção da diferença como o único objetivo estratégico válido.

As vicissitudes destas duas grandes correntes são conhecidas: o *feminismo socialista* sofreu grandes regressões, principalmente nos principais países capitalistas, tendo sido disperso ou parcialmente absorvido pelas instituições e perdendo a sua capacidade estratégica, enquanto que o *feminismo radical* inspirou uma corrente que hoje sob o amplo manto da "teoria da diferença" e que se recolheu em grande medida às universidades.

Mais importante ainda, os movimentos sociais temáticos que tinham estimulado a unidade na ação destas diversas correntes ao longo dos anos sessenta e setenta, como as grandes campanhas pelo aborto e contraceção, desvaneceram-se apesar de terem obtido resultados muito escassos. A única exceção neste panorama sombrio serão os movimentos feministas em alguns dos países do Terceiro Mundo, onde a articulação entre reivindicações sociais, a atitude política e a autonomia feminista sempre foi mais evidente.

O retorno ao tradicional

A consequência deste panorama é que se perdeu

Um comentário sobre a "defesa da família", o "politicamente correto" e a atualidade do projeto emancipador feminista.

grande parte do potencial de contestação política que os movimentos estimulavam, principalmente no terreno que agora fica mais obscurecido, que foi a sua reivindicação revolucionária quanto à unificação da vida pública e privada, ou da moral e da política.

Esta questão é hoje caricaturizada sob a forma da denúncia das perversões e abusos do "politicamente correto". "Politicamente correto" era, em primeiro lugar nos Estados Unidos, o entendimento de um conjunto de padrões de comportamento quanto às relações sociais, que se traduziam por regras implícitas e atitudes novas - por exemplo em questões tão diferentes como a educação das crianças, a linguagem, o tratamento das prioridades de emprego ou a relação sexual.

sexual será o mais evidente dos exemplos.

Que o sistema fosse eficaz, isto está certamente por provar e mesmo em grande medida por discutir, mas o certo é que a sua opção igualitária era justificada e mesmo necessária. Por outro lado, fazia parte, inevitavelmente, de um conjunto de mudanças culturais que estava em curso. E que continua, como se pode deduzir de um exemplo pela negativa: o governo conservador britânico está agora empenhado numa sinistra campanha a que chama "retorno ao tradicional" ("back to basics") e que consiste principalmente em retirar as prioridades de alojamento para as mães solteiras, cujo número cresceu exponencialmente no país. A realidade estatística, neste caso, além de indicar a taxa de divórcios informais, revela a mudança na instituição do casamento: muitas crianças são pura e simplesmente, geradas em casais que não formalizam a sua relação - e os dois aspectos indicam a mudança atual.

Neste caso, o regresso ao tradicional é o pseudonimo da reconstituição dos preconceitos beatos e agressivos de um patriarcalismo vitoriano. Na mesma época, o ministro da Educação queixava-se dos regulamentos da Comunidade Européia que retiraram dos professores britânicos o direito de espancaram seus alunos...

O predomínio da indiferença

O "politicamente correto" procurava traduzir no plano político, isto é, universal, regras que dominassem todos os comportamentos, uma vontade de mudança e de igualdade. Fazia-o, portanto, em relação à vida pública, mas aí estava uma reivindicação muito mais radical, de fato a mais radical de todas: pretendia-se nada menos do que a vida pública regida pelos mesmos padrões da vida privada - formas de solidariedade sem hipocrisia e de igualdade naturalmente vivida - e que portanto a sua diferença pudesse ser abolida.

Ora, o que tende a acontecer nos nossos dias, e assim se vê a dimensão da derrota sofrida, é que a vida privada se torna um prolongamento da vida pública num jogo de espelhos em que a aparência é o único valor. Uma das formas mais importantes de comunicação política é a indiscrição controlada, o vislumbre da intimidade, o gesto cultural. As revistas fotografam as famílias, contam os mexericos, as festas, as roupas, as férias, os consumos - o modelo é assim instituído por um conjunto de comportamentos privados fictícios.

Estes comportamentos podem convidar à normalidade ou podem estimular a particularidade. Esse é, por exemplo, o jogo da irreverência para despertar a atenção. Camille Paglia ilustra esta opção de um modo fascinante, através de suas declarações sensacionalistas, que são a regra na comunicação moderna.

As pequenas provocações que fazem a sensação dos jornais, o anúncio das vicissitudes da vida privada, tudo constitui um modo de comunicação enganadora. Profundamente moralizadora - tudo se passa sempre bem, o candidato a presidente tem que ter uma vida familiar tranqüila e confortável - ou "voyeurista", os dois lados da mesma moeda da publicidade da vida privada correspondem a um investimento poluente.



O igualitarismo tomava a forma da construção de relações sociais em que a mulher era favorecida em contrapartida da sua exclusão tradicional - para estimular o desenvolvimento de competências técnicas e profissionais, para impor a divisão das tarefas domésticas, por exemplo - ou era protegida de atitudes discriminatórias profundamente enraizadas nos comportamentos tradicionais - a linguagem utilizando depreciativamente terminologia

A aceitação da diferença

A alternativa que sobra é a privatização, a discrição, o recolhimento na vida privada como último reduto de identidade. Aliás, é uma atitude que convive muito bem com o espetáculo da vida privada das figuras públicas, que criam modelos e referências. Ora, o feminismo teve a virtude, desde há trinta anos, de contestar estas opções marcada e de sugerir uma alternativa, um programa social renovador e revolucionário. Nesse contexto, uma genuína aproximação entre as formas de vida privada e vida pública seria instituída pelo único critério moral e social aceitável - nada mereceria ser escondido, toda relação humana deveria ser natural. Em outras palavras, a diferença deveria ser respeitada tão naturalmente que se tornasse indiferente no plano das atitudes sociais.

Ora, isso envolve uma modificação radical de

comportamentos e de referenciais. Se esse fosse o caso, grande parte da atividade entreguista perderia o sentido, porque a diferença deixaria de ser motivo de especulação e passaria ser uma mera forma de identidade entre muitas outras. Por outras palavras: "o Silva é homossexual" deixaria de ser entendido como algo de separador e classificador porque, apesar de o ser, sê-lo seria considerado tão natural como não o ser. A diferença deveria passar a ser indiferente, como se tratasse de dizer que "fulano é canhoto". Ao mesmo tempo, e inversamente, critérios normalmente tomados como privados passariam a ser públicos: bater numa mulher ou numa criança - seja o marido seja o professor, dois comportamentos ainda muito comuns na nossa sociedade, seriam condenados não como um abuso privado, mas como uma ação tão inaceitável como qualquer outra ação criminosa.

Esta profunda transformação nos modos de com-

portamento exigia nada menos do que todas as relações - públicas ou privadas, pela mesma bitola - se baseassem na verdade. Excluiria os casamentos de resignação e as situações de convivência, impor a sinceridade como único modo de comunicação. Excluiria a sociedade de espetáculo. E, mais importante, suporia a igualdade entre todos, a única condição para a sua diferença.

Atacado sob a demagogia da luta contra o "politicamente correto", este programa continua a ser uma parte inseparável da aspiração utópica. Assim como se dizia que não pode haver socialismo sem libertação da mulher, devemos hoje continuar a dizer que não pode haver socialismo sem lutar pela verdade em todas as relações humanas. O feminismo foi a condição para a incorporação desta reivindicação. Não há nenhuma razão para considerar que esteja esgotada. □

Mulher, trabalho e família

PENNY DUGGAN

Este texto é a apresentação de um dossiê sobre a situação das mulheres na Europa Ocidental, publicado pela revista **International Viewpoint** n.º 254, de março de 1994.

Há dois temas dominantes na atualidade nos países capitalistas avançados: "crise econômica" e "crise da família". Na Europa Ocidental, as políticas governamentais estão tentando "resolver" ambos colocando-os juntos, encorajando as mulheres a deixarem o trabalho e permanecerem em casa com suas crianças - e desta forma reduzindo as estatísticas de desemprego, cortando os gastos estatais com o cuidado com as crianças e reforçando a estrutura familiar tradicional como o melhor quadro para o cuidado das crianças.

Mudanças sociais

Estas políticas têm que levar em conta as mudanças sociais que ocorreram nos últimos vinte e cinco anos. Apesar da crise econômica, todas as estatísticas mostram que as mulheres na Europa Ocidental continuam a entrar aos milhões no mercado de trabalho. Sua presença aí é uma realidade dissimulada e duradoura.

Entretanto, as análises também mostram que as mulheres estão massivamente presentes no setor de serviços, são a vasta maioria dos trabalhadores de tempo parcial e daqueles trabalhando em outras formas de trabalho "ajustado", como o trabalho sazonal, contratos por prazo fixo etc.

Para muitas mulheres, aceitar estes empregos é o resultado da pressão a que são submetidas para combinarem responsabilidades para com as crianças com a necessidade e o desejo de trabalhar. É crescentemente impossível para as famílias viverem com uma renda de solteiro, mais e mais mulheres são mães solteiras e a mudança nas atitudes sociais também conduziu as mulheres a rejeitarem a idéia de que ficar em casa é um papel totalmente gratificante ou natural. O impacto da responsabilidade pelo cuidado das crianças no trabalho das mulheres é demonstrado pela correlação entre os seus padrões de trabalho e o montante dos fundos públicos destinados à proteção da infância.

Outro fator específico do lugar das mulheres no mercado de trabalho é também sua taxa geralmente mais elevada de desemprego.

É esta combinação de fatores que torna as mulheres um alvo particularmente vulnerável das políticas governamentais que querem esconder a verdadeira extensão do desemprego e cortar os gastos estatais.

Crise da família

A ofensiva que está sendo conduzida sobre a "crise da família" tem tanto aspectos ideológicos como econômicos. A crise da família - pela qual se designa a queda do número de casamentos, o aumento do número de divórcios e do número de crianças nascidas fora do casamento - é apresentada como responsável pelo declínio geral nos "valores morais" e particularmente pelo crescimento da "delinquência juvenil". Isso aparentemente resultaria da ausência de um "ambiente afetivo seguro" e de "modelos de comportamento apropriados".

Desta forma, os governos estão procurando políticas que empurrem as pessoas para a família nuclear, que aparentemente oferece isso - apesar da realidade do molestamento das crianças e da violência contra as mulheres dentro da família. A responsabilidade das políticas governamentais, que tem conduzido ao desemprego crescente, ao aumento da pobreza e do número de pessoas sem teto, à ausência de cuidados infantis de boa qualidade, a superlotação destes serviços, a queda da qualidade nas escolas, é convenientemente esquecida.

Há um forte componente racista subjacente a muito deste discurso sobre a família. Um recente relatório sobre a família na França fala abertamente de "declínio de nossa França" devido à queda na taxa de natalidade. Mas se os filhos dos imigrantes forem contabilizados, a população do país está crescendo 300 mil pessoas por ano, a cifra mais elevada da Europa! Entretanto, a direita francesa está implementando políticas natalistas, isto é, para encorajar as mulheres (francesas) a terem mais crianças.

Ataque conservador

Um ataque particularmente virulento contra as mulheres está sendo conduzido pela ala direita do Partido Conservador inglês, que combina tentativas de criminalizar as mães solteiras tornando-as responsáveis pelos "males da sociedade" e forçando-as a voltarem a uma relação de dependência financeira para com os pais de seus filhos.



LOUIS STEFFNER

Há, depois, ataques ideológicos ao direito de independência e à liberdade de escolha das mulheres. Isso é acompanhado da corrosão de suas possibilidades materiais através da segregação das mulheres em trabalhos precários e mal remunerados e de cortes no orçamento estatal dos serviços que tornam possível às mulheres permanecerem no mercado de trabalho e assumirem suas responsabilidades familiares. Neste contexto, temos visto também duros ataques contra o direito das mulheres ao aborto e à contracepção.

A resposta do movimento de mulheres tem sido desigual, mas mostra que as mulheres podem e continuarão a se organizar e procurar formas de resistir a estes ataques. Ao mesmo tempo, está claro que os governos dos países da União Européia estão utilizando o pretexto da "harmonização" ou da "interferência" européia na legislação social para justificar suas políticas. Para combatê-las, já estão sendo dados passos, como mostra a 3ª conferência européia pelo direito ao aborto e à contracepção, realizada em Paris em março. □

Feminismo e pós-modernismo

PALOMA URÍA

A crítica pós-moderna debate intensamente o problema da desconstrução das identidades de gênero decorrentes da opressão das mulheres.

As diversas correntes do chamado pós-modernismo colocam para o feminismo acadêmico uma série de debates que tem indubitável repercussão para a prática feminista: questões relacionadas com a identidade das mulheres, com a igualdade, com a diferença e a diversidade, com a construção de um movimento unitário e com os projetos de emancipação.

O debate é travado entre as feministas vinculadas à teoria crítica e as pensadoras abertas ao pós-modernismo. Uma recompilação importante desta polêmica foi feita por Linda Nicholson, cuja edição em espanhol destaca quatro artigos da edição original (*Feminismo/Posmodernismo*. Buenos Aires, Feminaria Editora, 1992).

Suas autoras insistem nas diferenças, na diversidade, na ruptura do sujeito unitário e concluem pela necessidade de revisão da categoria mulher e, portanto, da identidade de gênero.

Encontros

O primeiro artigo, de Nancy Frazer e Linda Nicholson, *Crítica social sem filosofia: um encontro entre feminismo e pós-modernismo*. Suas autoras são partidárias de um feminismo pós-moderno, apesar de matizarem seu conceito de pós-modernidade. Questionam a perspectiva oferecida por Lyotard na sua *A condição pós-moderna*. Uma relação tão persistente como a dominação masculina necessita análises globais sobre as mudanças na organização social e na ideologia, análises empíricas de macro-estruturas e instituições, da produção cultural etc.

O feminismo, ainda que crítico às teorias sociais da modernidade, também caiu na armadilha de construir grandes relatos e com frequência postulou concepções essencialistas sobre a natureza dos seres humanos e as condições da vida social. Como mostra desta tendência, as autoras analisam brevemente as teorias de várias feministas preocupadas de buscar as causas últimas da opressão das mulheres, como S. Firestone, Nancy Chodorow...

Quando as autoras falam de um feminismo pós-moderno referem-se a um método de análise. Sustentam que é possível um paradigma feminista, de crítica social sem base filosófica tradicional; que é possível combinar a incredulidade pós-moderna frente às grandes narrativas com o poder de crítica social

do feminismo. Sua teoria deverá ser explicitamente histórica, não universalista, comparativa mais do que generalizadora. Deixará de lado a idéia de um sujeito da história e substituirá as noções unitárias de mulher e de identidade de gênero por concepções complexas e construídas de identidade social. Uma teoria assim deverá ser útil para a prática feminista, que é cada vez mais uma prática de alianças do que de unidade em torno de um interesse ou identidade universalmente compartilhado.

Mulheres e poder

Nancy Hartsock é a autora de *Foucault sobre o poder: uma teoria para as mulheres?* Para ela, perguntar-se sobre o poder e as mulheres é inseparável do problema do que queremos dizer quando falamos de *mulheres*: a questão da identidade e da diferença entre as mulheres, de uma teoria que fale em nome de vozes tão heterogêneas, a própria

existência de um sujeito.

É inútil, segundo a autora, tentar responder estas perguntas a partir de uma teoria da pós-modernidade. E mais para ela, *o pós-modernismo constitui uma posição perigosa para qualquer grupo marginalizado*. A concepção de poder de Foucault conduz a uma política exclusivamente de resistência como estratégia única, o que dificilmente pode conduzir-nos a uma sociedade mais justa.

Ao analisar características de uma possível *teoria para as mulheres*, Hartsock descarta que tenhamos que abandonar as noções de subjetividade e sujeito. Temos, sim, que comprometer-nos com um processo *histórico, político e teórico* de construção de nós mesmas como sujeitos e como objetos da história. Mas este sujeito *nós mesmas* deve ser dissolvido em sua real multiplicidade e variedade.

Reconhecendo a dificuldade de elaborar alternativas, defende que uma teoria dos oprimidos não pode se separar dos compromissos e deve construir uma chamada à participação para alterar as relações de poder.

Combates comuns

Em *Uma teoria feminista da diferenciação social*, Ana Yeatmen discute questões como a identidade social e pessoal e a própria definição do *político*. Argumenta que as distinções que usualmente se fazem entre o "indivíduo e a sociedade", entre o "pessoal" e o "político", são distinções baseadas na visão de mundo da modernidade e que há muito tempo foram denunciadas pelas feministas como contrárias aos interesses das mulheres.

A crítica ao universalismo e a ênfase na pluralidade são contribuições do pós-modernismo à ética democrática. E é esta implicação do pós-modernismo que foi descoberta e celebrada pelas teorias feministas dos anos 80. Ela assinala certa afinidade entre o feminismo e o pós-modernismo, já que ambos combatem as mesmas concepções.

Mas Yeatman adverte também para os perigos de algumas versões pós-modernismo, sobretudo porque conduzem ao relativismo e ao abandono dos projetos ético-políticos. Tenta evitar os perigos recifes da pós-modernidade desenvolvendo uma ética baseada numa pluralidade verdadeiramente democrática e vinculando a teoria à prática feminista.

Um enfoque inovador

Judith Butler aborda diretamente, em *Problemas dos gêneros, teoria feminista e discurso psicanalítico*, a questão do gênero e da identidade feminina, a partir de uma perspectiva profundamente inovadora. Para ela, é preciso descobrir o que entendemos pela categoria *mulheres*, sobretudo quando a consideramos não só como uma categoria social, mas também como uma identidade subjetiva culturalmente construída.

Butler se pergunta se a teoria feminista necessita na verdade desta noção ou categoria de identidade genérica e se a categoria mulher tem algum sentido fora das condições de opressão contra as quais foi formulada.

Depois de discutir sobre as dificuldades de dar-lhe um conteúdo unívoco por sobre a grande diversidade cultural ou vivencial a que se pretende aplicar, analisa o papel das teorias psicanalíticas na construção de uma teoria da subjetividade. Sua conclusão é que qualquer teoria psicanalítica se converte em uma teoria universalizadora que acaba construindo uma identidade unificada e em uma falsa estabilização da categoria *mulher* que termina sendo, mesmo sem querer, essencialista.

Para a autora, qualquer identidade de gênero constitui um ideal normativo ou regulador que no fundamental reforça a norma heterossexual. As teorias psicanalíticas ajudam este processoregulador e "*conferem um falso sentido de legitimidade e universalidade a uma versão da identidade de gênero especificamente cultural e, em alguns contextos, opressiva*", além de contribuir para reforçar o ideal heterossexual ao vincular identidade de gênero com orientação sexual.

Conclui afirmando que o abandono da concepção de identidade de gênero não tem porque ser visto como um perigo para a teoria política feminista; é, ao contrário, a promessa de uma identidade cultural mais complexa, "*ou não identidade*". □



Construção de direitos e democracia

PIETRO BARCELONA

O texto abaixo é uma versão condensada de um ensaio de Pietro Barcelona publicado no livro *Postmodernidad y comunidad. El regreso de la vinculación social*. Madrid, Trotta, 1992. Seu autor foi membro do Conselho Superior da Magistratura italiana e deputado do PCI e atualmente é diretor da revista *Democrazia e Diritto*.

Pode-se afirmar que caso se convoque um referendun popular para o reconhecimento do "direito" das crianças a crescer em condições adequadas e a desenvolver sua personalidade emocional e intelectual 100% das respostas seriam afirmativas. Não só porque o tema das crianças é daqueles que despertam os bons sentimentos mas também porque é difícil sustentar o contrário. Não obstante, este direito - que existe dessa forma na cabeça das pessoas comuns - não pode ser realizado "juridicamente". O legislador pode aprovar uma lei que sancione o caráter fundamental deste direito, mas isso não muda a realidade.

As condições prático-materiais para a realização desta necessidade fundamental não são, de fato, redutíveis ao mero reconhecimento jurídico. O legislador pode destinar fundos para a assistência da infância abandonada, a construção de albergues, contribuir para os gastos das famílias etc, mas não pode ir além de tais ajudas econômicas. Pode também, no melhor dos casos, estabelecer que no delicadíssimo tema da educação, em caso de conflito entre os pais, a decisão corresponda aos tribunais; isto é, pode judicializar um conflito que não é resolvível mediante técnicas jurídicas.

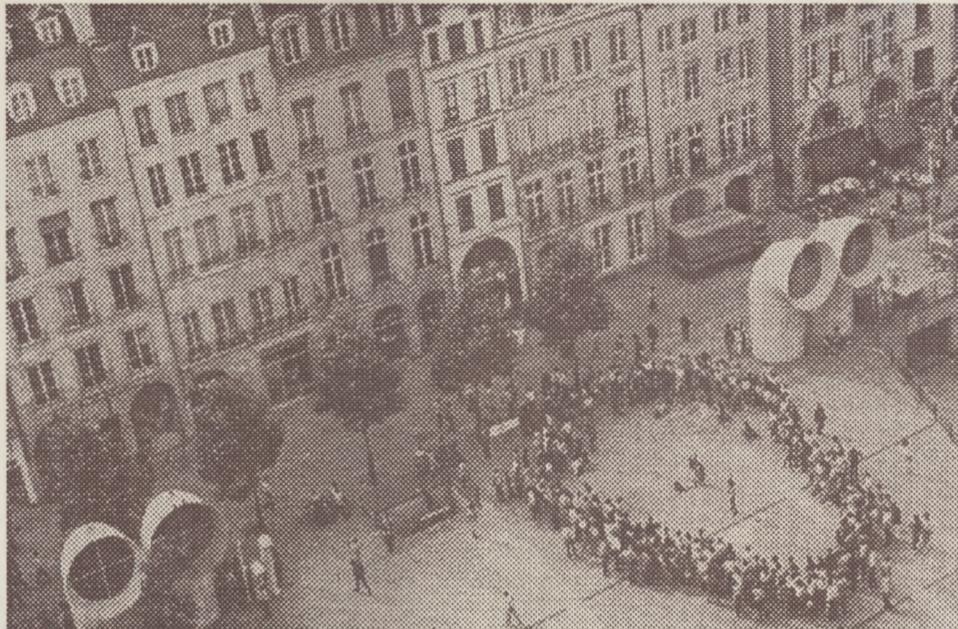
Mas a criança necessita de *espaços* adequados - praças, ruas e parques naturais onde possa mover-se e encontrar com outras crianças - e *tempo* disponível para realizar seus jogos e descobrir o entorno que a circunda; necessita, ademais, o afeto não opressivo e pessoal dos adultos que estão perto delas. Em suma, a liberdade da criança necessita *outra cidade*, uma cidade não dominada pelo tráfego caótico e contaminante; necessita uma organização diferente do tempo de trabalho dos pais e estruturas educativas altamente especializadas etc. Definitivamente, necessita uma *reforma* de nossa forma de viver e de nossos hábitos, de nossa organização urbana e social e de nosso modo de pensar.

Reconhecimento dos direitos

Tomemos também o caso dos idosos que vivem nas metrópoles em condições de marginalidade e de solidão, que os familiares sentem como um peso e como algo desnecessário. Ninguém pretende negar-lhes o *direito* de ainda sentirem-se socialmente importantes, úteis e inseridos numa rede de relações pessoais. Também isto é, na verdade, um direito compartilhado por todos: quem não sente "piedade" por estes velhos?

Pois bem: transferir este direito para o marco técnico-legislativo e jurisdicional poderá garantir-lhes, no melhor dos casos, uma pensão social, um teto para dormir e algum tipo de assistência mais ou menos qualificada. Mas, obtidos os subsídios econômicos e a assistência institucional, nunca se poderá garantir a reinserção dos idosos na vida coletiva. Nenhum reconhecimento jurídico lhes dará o necessário para uma vida livre e digna, porque tudo isso, uma vez mais, está relacionado tanto com a forma da cidade e da convivência social, suas organizações e estruturas, como com o processo de trabalho e a determinação de seus conteúdos.

Os exemplos podem ser multiplicados até o infinito: desde o caso do incapaz até o do doente incurável, desde o desempregado até os marginalizados. Nenhum reconhecimento de direitos pode substituir a falta de estruturas de acolhida adequadas. A estratégia dos direitos traz, mesmo, o risco de criar expectativas enganosas. Pois não basta transformar as expectativas em direitos se não se modificam as condições prático-materiais que determinam as necessidades; não se pode substituir a inadequação da cidade, do processo de trabalho etc, por uma política de direitos.



Mauro Marson

Direito contratual e mercantil

A própria noção de direito carrega um equívoco de fundo. A definição mais consolidada e eficaz do direito do indivíduo é a que o configura como um poder reconhecido de atuar diretamente para a satisfação de um interesse próprio. A este reconhecimento de um poder corresponde um dever do estado de não interferir, exceto no caso de possíveis agressões externas ao âmbito de cada indivíduo.

O reconhecimento de um direito individual significa, neste modelo, o exercício da autonomia privada através de contratos e da obtenção correspondente de bens e serviços alheios. Liberdade de iniciativa econômica e liberdade de contrato: isto é, o mercado. A estrutura de direitos é estritamente individualista, remete para as relações de mercado e não dá importância alguma para as desigualdades de poderes.

Os direitos aludidos acima não correspondem a este esquema porque não pressupõem nenhum poder, nem individual nem coletivo, e não podem ser exercidos através do contrato e do mercado; ao contrário, requerem uma intervenção pública que estabeleça um órgão destinado a prestar o serviço adequado às expectativas que se quer satisfazer. São, portanto, pretensões que cabem à iniciativa pública, à política social da qual dependem - ainda que não só delas. Por isso, sua realização não pode ser confiada nem ao mercado nem a iniciativa privada.

Poder democrático

Se chamamos estes direitos, ainda que impropriamente, de direitos sociais é justamente porque seu fundamento não é a mera condição de cidadão de um estado de direito nem o contrato mercantil mas a relação de forças entre, de um lado, os movimentos e as organizações que representam os interesses não realizáveis no mercado e, de outro, as classes dirigentes que dispõem do poder econômico e detêm grande parte da riqueza nacional.

Não levar em conta esta realidade e afirmar hoje que o cidadão tem direitos a estes serviços não mercantis pode converter-se em um simples exercício de lógica, que deduz da condição de cidadão o direito a atribuição de recursos, como se tratasse de um simples corolário e não já do terreno de um conflito que tem que ser coletivo e que tem como objetivo a reforma do poder social e das formas de convivência.

A construção de poderes democráticos não é um complemento da estratégia de direitos, mas a única alternativa real do ponto de vista das pessoas e da comunidade. Poder democrático na cidade, na escola, na fábrica significa construir relações sociais novas e equilíbrios de poder distintos. Esta é também, inclusive, a base real para reivindicar a construção de outros direitos dos trabalhadores frente à empresa, de lutar por uma verdadeira democracia social e econômica. □

A defesa dos direitos das crianças ou dos idosos não pode ser realizada juridicamente. Exige mudanças sociais profundas.

A noção de um direito baseado no contrato não permite assegurar a cidadania da maioria da população.

Na medida em que o século XXI cai sobre nós, não apenas ocorrem conflagrações e vai-e-véns no âmbito monetário: temos também sobressaltos no valor variável das palavras. Segundo as últimas e surpreendentes cotações, por exemplo, o democrata é Yeltsin, mesmo depois de seu *pinochetazo*; bloqueio é bloqueio quando se refere ao Haiti, mas se diz respeito a Cuba é apenas embargo; a ocupação do Afeganistão pela então União Soviética foi uma ignominiosa invasão, mas a presença inglesa fincada em Gibraltar merece uma denominação mais elegante: é um enclave.

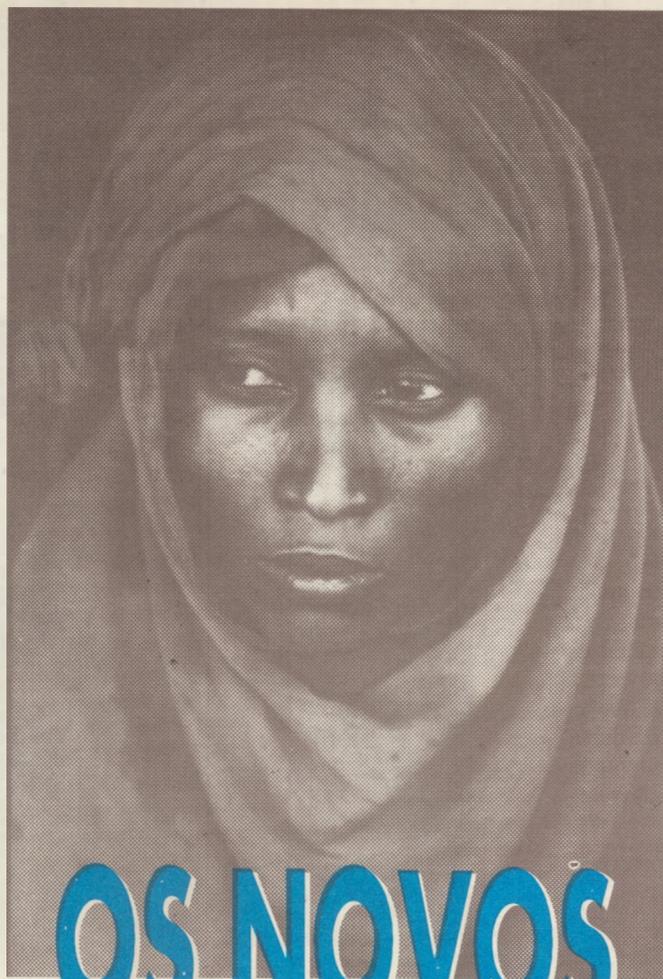
O medo, ao atualizar-se, ampliou seu registro. No passado remoto, ou desgraçadamente próximo, o medo era o reflexo de ações brutais. A Inquisição, Torquemada, Pizarro e Cortés, Stalin, Hitler, Mussolini, Franco; as ditaduras em qualquer dos três mundos, os *marines* norte-americanos predominantemente no terceiro, o macartismo e outras caças às bruxas, as torturas, as deportações etc. provocavam medo e até horror. Em maior ou menor grau representavam um ataque frontal e sem piedade à dignidade humana. A sutileza não figurava entre suas características.

Projeções diversas destas crueldades ainda sobrevivem. Que o digam Somália, Bósnia, Haiti, Rússia, Panamá, Granada, África do Sul. Não poderão testemunhar, entretanto, as centenas de soldados iraquianos que as tropas norte-americanas enterraram vivos na asséptica guerra do Golfo.

Pois bem! Tais formas de medo eram diretas, conscientes, palpáveis. Mas hoje se incorporam na vida comunitária (não só do Terceiro Mundo) outras formas indiretas, sutis, semi-ocultas do medo. Os fatos ou atitudes que despertam estes novos pânico não merecem sanções; ao contrário, gozam de ampla impunidade.

Nos Estados Unidos vendem armas, mesmo as mais sofisticadas, como se fossem camisetas ou canetas, e os corroídos - e freqüentemente drogados - veteranos do Vietnã ou seus legítimos descendentes, irrompem em supermercados e colégios, metralhando meio mundo e, as vezes, praticam o suicídio auto-crítico. Nas capitais européias, a miséria por um lado, e por outro, o doutrinação da violência básica que a televisão proporciona diariamente, estimulam a formação de bandos de jovens, geralmente motorizados e comunicando-se por telefones celulares, que planejam e levam a cabo seus assaltos e furtos com um ajuste e uma precisão quase militares. Cada um desses bandos se acredita personagem de **A laranja mecânica**. A rua e anoite se converteram em riscos gratuitos. O medo é real. "O tempo tem medo/ o medo tem tempo", escreveu em 1956 Alejandra Pizarnik, e, 16 anos mais tarde, já não pode suportar sua própria angústia e acabou com sua vida.

Os boiardos da economia tomam, de suas inexpugnáveis capsulas de poder, decisões implacáveis sem levar em conta as necessidades e carências do homem e da mulher da rua. Não obstante, o simples trabalhador não participa dos júbilos governamentais. É, ao contrário, mais uma vez invadido pelo medo, já não da repressão ou do cárcere, como em outros tempos, mas da perda de seu emprego e, por conseguinte, de seu sustento e segurança. Quanto mais avançam o desenvolvimento técnico, os sistemas informatizados e a



PETER BEARD

OS NOVOS MEDOS

O escritor uruguaio discute os novos temores e a insegurança cotidiana provenientes da desigualdade e aprofundadas pelo neoliberalismo

robotização da indústria, mais terrível torna-se o desemprego. As solicitações de pleno emprego impacientam os donos do poder, que só aspiram fazer boa figura - e melhores números - frente aos organismos internacionais.

A velha mecânica conservadora renovou-se, incorporando uma crueldade trivial, irresponsável, pós-modernista. Quando estão despertas, as pessoas têm medo de sonhar; ao contrário, quando dormem têm medo de despertar. A dura vida converteu-se em um poço de temores, de insegurança. Mas o medo e a insegurança nunca foram democráticos, já que sempre provêm de uma ignominiosa, insultante desigualdade. O autoritarismo político deu lugar, ainda no Primeiro Mundo, a um autoritarismo econômico, mercantil, educativo, social, mais sutil mas igualmente injusto. É conhecido o depreciativo alerta de Samuel Huntington: "Muita democracia é ruim". Ruim para quem? Os desamparados não têm medo da democracia. Sempre confiam, às vezes com muita ingenuidade, em que ela lhes dará amparo.

Todavia, mesmo na democracia, a falta de solidariedade estende-se como um flagelo. O fanatismo privatizador, que as vezes provoca estragos no Ocidente e, especialmente, nas zonas mais endividadas do Terceiro Mundo, costuma

começar como um programa de empobrecimento do Estado e a correspondente campanha de desprestígio de tudo que é estatal. É um meio de forçar a opinião pública a que paulatinamente admita as eventuais vantagens da privatização que, de outro lado, são um campo privilegiado para a corrupção.

Há uma tendência crescente, em vários países da América Latina, a supervalorizar o ensino privado, em todas suas etapas, em prejuízo do ensino público. Qual é a consequência? Como o ensino público é gratuito ou custa pouco e o privado, ao contrário, é muito caro, a investida contra o primeiro pode estar condenando a maioria da população a virtualmente ficar a margem dos canais educativos. É como se fosse uma campanha de desalfabetização. Deste modo, o desnível das classes sociais se iniciaria precocemente e os grupos privilegiados se sentiriam mais seguros e a salvo. Como é lógico, nos setores menos favorecidos essa atitude gera outro medo: o medo da ignorância.

Mas ainda é tempo de deter este processo, que significaria um retrocesso evidente na formação educativa, profissional e cultural das próximas gerações. Por isso o leque de medos é cada vez mais amplo. Os crentes temem a infalibilidade papal, que sataniza o prazer, esse pouco prazer que se pode conseguir nesta breve, condenada vida. Os povos marginais temem cada vez mais as *missões humanitárias* que chegam a eles, como na Somália, na forma de bombardeios e metralhamentos. A sociedade teme a corrupção, cada vez mais generalizada, que a desampara; teme a intromissão policial na vida privada (hoje os governos são pródigos em ditar leis, que começam como medidas contra o terrorismo e terminam aterrorizando a moradores tranquilos). Cachorros e avôs temem que os abandonem quando chega o verão. Os conglomerados mestiços temem que a *limpeza étnica* os alcance. Os cidadãos de menor renda temem que os cortes orçamentários comecem inexoravelmente pelos serviços sociais. **O tempo tem medo**

Haverá, entre os cérebros privilegiados que engendraram a nova ordem internacional, algum que seja capaz de conceber uma relação mais justa entre o trabalho e o capital?

Até onde e até quando a maré de desocupados continuará enchendo? Em que poço de inutilidade irão cair os velhos e nobre ofícios? É racional que apenas as guerras (frias ou quentes, pouco importa) gerem indústrias que proporcionem trabalho? Em outras palavras, apenas a morte é compensadora? Hiroxima e Nagasaki no passado e a guerra do Golfo há muito pouco tempo terão sido na realidade, do ponto de vista industrial, dois ótimos negócios?

Com o desemprego massivo e incontrolável, com a desocupação sem atenuantes, é claro que aumentarão a mortalidade infantil, a fome, as pestes e as pragas, a falta de moradias, as tentações da violência. Cada uma dessas ameaças gera seus medos. O papa Wojtyla critica o *capitalismo selvagem*, mas que capitalismo não é selvagem? Neste aspecto, a religião acaba sendo ainda menos útil que a economia e as ciências sociais. Apenas nos propõe que rezemos e rezemos. Mas as orações nem sequer ultrapassam a camada de ozônio, apesar do buraco que todos nós contribuimos para abrir. Por outro lado, Deus está muito distante, e como parece não ter antenas parabólicas, suas fontes de informação estão reduzindo-se à esterilidade das encíclicas e, em consequência, deve saber muito pouco de nossos novos medos. □